



Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIAGNÓSTICO DA PERÍCIA CRIMINAL NO BRASIL

BRASÍLIA

2012

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária Executiva

Márcia Pelegrini

Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena de Luca Miki

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento

de Pessoal em Segurança Pública

Isabel Seixas de Figueiredo

Diretor do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/04/029

Segurança Cidadã

Guilherme Zambarda Leonardi



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIAGNÓSTICO DA PERÍCIA CRIMINAL NO BRASIL

BRASÍLIA

2012

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, edifício sede, 5º andar, sala 504

Telefone de contato: (61) 2025.3333

E-mail: depaid@mj.gov.br

© 2012 Ministério da Justiça

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem:

Impresso no Brasil

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Isabel Seixas de Figueiredo

Ana Carolina Cambeses Pareschi

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Filipe Marinho de Brito – CBMGO

Robson Niedson de M. Martins – PMGO

COORDENAÇÃO GERAL

Isabel Seixas de Figueiredo

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA

Ana Carolina Cambeses Pareschi

Luciane Patrício Braga de Moraes

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Sara Laís Rahal Lenharo

CONSULTORES PNUD

Aggeu Lemos Bezerra Neto

Keli Rodrigues Andrade

Alberi Espindula

Roberta Redorat

Fernando de Jesus Souza

COLABORAÇÃO

Ronis Zaina

Cristina Neme

Rene Carvalho de Brito

Marcelo Sabino Martins

Sumário

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO	01
ASPECTOS METODOLÓGICOS	03
1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	04
1.1. Áreas Periciais	05
1.2. Especialidades Desenvolvidas	07
1.3. Interiorização e Cobertura dos Serviços Periciais	12
2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO	18
2.1. Acesso à Internet	18
2.2. Sistemas de Gestão	21
2.3. Digitalização dos Arquivos das Unidades de Identificação	27
3. RECURSOS MATERIAIS	30
4. RECURSOS HUMANOS	36
5. FUNCIONAMENTO	63
6. PROCESSOS DE TRABALHO	70
6.1. Cadeia de Custódia	70
6.2. Padronização de Procedimentos Operacionais	74
6.3. Avaliação Interna dos Laudos	80
7. PRODUTIVIDADE	82
7.1. Produção em 2011	83
7.2. Demandas recebidas e atendidas em 2011	87
7.3. Passivos	101

Lista de Figuras, Gráficos, Mapas e Tabelas

FIGURAS

1. Capacitações mais demandadas, por temas, 2011

GRÁFICOS

1. Existência e abrangência dos sistemas informatizados, em porcentagem, nas unidades pesquisadas, 2011
2. Formação dos peritos criminais, percentual, por UF, 2011
3. Tempo de serviço dos peritos criminais, percentual, por UF, 2011
4. Tempo de serviço dos médicos legistas, percentual, por UF, 2011
5. Tempo de serviço dos papiloscopistas, percentual, por UF, 2011
6. Tempo de serviço dos peritos criminais, percentual, Brasil, 2011
7. Tempo de serviço dos médicos legistas, percentual, Brasil, 2011
8. Tempo de serviço dos papiloscopistas, percentual, Brasil, 2011
9. Salário inicial dos profissionais de perícia, em reais, por UF, 2011
10. Salário final dos profissionais de perícia, em reais, por UF, 2011
11. Salário inicial dos profissionais de perícia, média nacional, em reais, 2011
12. Salário final dos profissionais de perícia, média nacional, em reais, 2011
13. Evolução salarial dos profissionais de perícia, média nacional, em reais, 2011
14. Percentual de unidades de Criminalística cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011.
15. Percentual de unidades de Medicina Legal cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011.
16. Percentual de unidades de identificação cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011.
17. Percentual de laboratórios autônomos cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011
18. Percentual de laboratórios de DNA cujos profissionais participaram de cursos de capacitação ou atualização, por UF, 2011
19. Temas mais abordados nos processos de capacitação/atualização, 2011.
20. Tipos de escala de plantão nas unidades centrais de Criminalística, por UF, 2011.
21. Tipos de escala de plantão nas unidades centrais de Medicina Legal, por UF, 2011.
22. Tipos de escala de plantão nas unidades centrais de Identificação, por UF, 2011.
23. Tempo semanal para confecção de laudos nas unidades centrais de Criminalística, por UF, 2011.
24. Tempo semanal para confecção de laudos nas unidades centrais de Medicina Legal, por UF, 2011.
25. Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de vestígios nas unidades centrais de Criminalística, 2012.
26. Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de vestígios nas unidades de Medicina Legal, 2012.
27. Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de vestígios nas unidades centrais de Identificação, 2012.
28. Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de vestígios nos Laboratórios Autônomos, 2012.
29. Percentual de existência de padronização de procedimentos sobre coleta de vestígios nos Laboratórios de DNA, 2012.

30. Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de vestígios nas unidades centrais de Criminalística, 2012.
31. Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de vestígios nas unidades centrais de Medicina Legal, 2012.
32. Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de vestígios nas unidades de Identificação, 2012.
33. Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de vestígios nos Laboratórios Autônomos, 2012.
34. Percentual de existência de padronização de procedimentos de processamento de vestígios nos Laboratórios de DNA, 2012.
35. Percentual de atendimento da demanda de casos de 2011 no próprio ano nas unidades de Criminalística, por UF, 2011.
36. Percentual de atendimento da demanda de casos de 2011 no próprio ano nas unidades de Medicina Legal, por UF, 2011.
37. Percentual de atendimento da demanda de exames de eficiência balística de casos de 2011 no próprio, por UF, 2011.
38. Percentual de atendimento da demanda de exames de confronto balístico de casos de 2011 no próprio ano, por UF, 2011.
39. Percentual de atendimento da demanda de exames de local de crimes violentos de casos de 2011 no próprio ano, por UF, 2011.
40. Percentual de atendimento da demanda de exames de necropsia de casos de 2011 no próprio ano, por UF, 2011.

MAPAS

1. Vinculação da atividade de perícia criminal nas unidades federadas, 2011
2. Vinculação dos laboratórios nas unidades federadas, 2011
3. Existência e vinculação dos laboratórios de DNA, 2011
4. Especialidades de papiloscopia atendidas nas unidades de identificação, 2011
5. Interiorização das unidades de criminalística nas unidades federativas, 2011
6. Interiorização das unidades de IML nas unidades federativas, 2011
7. Acesso à internet nas unidades de criminalística pesquisadas, 2011
8. Acesso à internet nas unidades de medicina legal pesquisadas, 2011
9. Acesso à internet nas unidades de identificação pesquisadas, 2011
10. Sistemas de gestão da informação, unidades de criminalística, Capitais, 2011
11. Sistemas de gestão da informação, unidades de medicina legal, Capitais, 2011
12. Sistemas de gestão da informação, unidades de identificação, Capitais, 2011
13. Digitalização dos arquivos datiloscópicos, por UF, 2011
14. Existência e situação do AFIS nas unidades de identificação, por UF, 2011
15. Existência de plano de carreira para peritos criminais, por UF, 2011
16. Existência de plano de carreira para médicos legistas, por UF, 2011
17. Existência de plano de carreira para papiloscopistas, por UF, 2011
18. Existência de plantão 24 horas na unidade central de criminalística, por UF, 2011
19. Existência de plantão 24 horas na unidade central de medicina legal, por UF, 2011
20. Existência de plantão 24 horas na unidade central de identificação, por UF, 2011.

TABELAS

1. Especialidades atendidas nas unidades de criminalística das capitais, por UF, 2011
2. Especialidades atendidas nas unidades de medicina legal das capitais, por UF, 2011
3. Especialidades atendidas pelos laboratórios das capitais, por UF, 2011
4. Quantidade de unidades de criminalística, por UF, 2011
5. Quantidade de unidades de medicina legal, por UF, 2011
6. Equipamentos em uso nas unidades de criminalística e laboratórios, por UF, 2011
7. Equipamentos em uso nas unidades de medicina legal, por UF, 2011
8. Número de câmaras de refrigeração, de câmaras frias e de vagas para cadáveres nas unidades de medicina legal, por UF, 2011
9. Quantidade de viaturas operacionais (rabecões), por UF, 2011
10. Equipamentos em uso nas unidades de identificação, por UF, 2011
11. Quantidade total de profissionais de perícia, por UF, 2011
12. Distribuição dos peritos criminais, por UF, 2011
13. Distribuição dos médicos legistas, por UF, 2011
14. Distribuição dos papiloscopistas, por UF, 2011
15. Distribuição dos auxiliares de perícia nos Institutos de Criminalística, por UF, 2011
16. Distribuição dos auxiliares de necropsia, por UF, 2011
17. Quantidade de peritos criminais por área prioritária de atuação, por UF, 2012
18. Elementos da cadeia de custódia nas unidades centrais de Criminalística, 2012.
19. Elementos da cadeia de custódia nas unidades centrais de Medicina Legal, 2012.
20. Elementos da cadeia de custódia nas unidades centrais de Identificação, 2012.
21. Elementos da cadeia de custódia nos Laboratórios Autônomos, 2012.
22. Elementos da cadeia de custódia nos Laboratórios de DNA, 2012.
23. Existência de mecanismo de avaliação interna da qualidade dos laudos periciais, 2012.
24. Responsável pela avaliação interna da qualidade dos laudos, percentual, 2012.
25. Quantidade de laudos avaliados, percentual, 2012.
26. Percentual de laudos expedidos pelas unidades de Criminalística, por tipo, por UF, 2011.
27. Percentual de laudos expedidos pelas unidades de Medicina Legal, por tipo, por UF, 2011.
28. Atividades executadas pelas unidades de Identificação, por tipo, por UF, 2011.
29. Quantidade de laudos expedidos pelos Laboratórios Autônomos, por tipo, por UF, 2011.
30. Quantidade de laudos expedidos pelos Laboratórios de DNA, por tipo, por UF, 2011.
31. Requisições recebidas e laudos expedidos pelas unidades de Criminalística- casos de 2011, por UF, 2011.
32. Requisições recebidas e laudos expedidos pelas unidades de Medicina Legal- casos de 2011, por UF, 2011.
33. Requisições de exame de eficiência balística recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011.
34. Requisições de exame de confronto balístico recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011.
35. Requisições de exame de local de crime violento recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011.
36. Requisições de exame de necropsia recebidas e laudos expedidos - casos de 2011, por UF, 2011.
37. Passivo de laudos nas unidades de criminalística, por tipo, por UF, 2011.

38. Passivo de exames nas unidades de criminalística, por tipo, por UF, 2011.
39. Passivo de armas existentes nas unidades de criminalística para exame de eficiência ou confronto balístico, por UF, 2011.
40. Passivo de laudos nas unidades de medicina legal, por tipo, por UF, 2011.
41. Passivo de atividades nos institutos de identificação, por tipo, por UF, 2011.
42. Passivo de exames e laudos nos laboratórios autônomos, por tipo, por UF, 2011.
43. Passivo de exames e laudos nos laboratórios de DNA, por tipo, por UF, 2011.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFIS – Sistema Automatizado de Identificação de Digitais (em inglês Automated Fingerprint Identification System)

DNA – Ácido Desoxirribonucleico (em inglês Deoxyribonucleic Acid)

IC – Instituto de Criminalística

II – Instituto de Identificação

IML – Instituto Médico Legal

Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública

UF – Unidade da Federação

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça tem como uma de suas atribuições fomentar e realizar estudos e pesquisas voltados para a produção de conhecimento em temas relacionados à segurança pública. Dentre estas pesquisas, a realização de diagnósticos nacionais sobre instituições de segurança pública das unidades federativas destaca-se como uma ação permanente, que visa subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação dos programas e projetos desenvolvidos pela Senasp.

Neste sentido, é com muito orgulho que apresentamos este primeiro diagnóstico nacional sobre a perícia criminal.

O reconhecimento da importância do investimento da perícia como fator fundamental para realização de investigações inteligentes e profissionais, que resultem na identificação do criminoso e na produção de provas que possibilitem sua condenação é uma das principais pautas da Senasp neste governo. E, para aprimorar a qualidade dos investimentos que vem sendo feitos pelo governo federal, é fundamental conhecer melhor o perfil das instituições de perícia e mapear mais precisamente suas demandas.

A Senasp agradece profundamente todos os dirigentes e técnicos que contribuíram para a realização deste trabalho, atendendo diligentemente nossa equipe e os consultores que foram a campo e respondendo nossos infindáveis questionamentos.

Temos a certeza de que este trabalho é passo importante para otimizar os trabalhos desenvolvidos pela Senasp na área e, conseqüentemente, fortalecer o processo de produção da prova material e de esclarecimentos dos crimes, elementos fundamentais para realização de Justiça.

Boa leitura.

Regina Maria Filomena De Luca Miki

Secretária Nacional de Segurança Pública

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta constitui o primeiro diagnóstico da perícia criminal no Brasil. Foi elaborado com o propósito de subsidiar as ações de fortalecimento da perícia forense que compõem parte do Programa Brasil Mais Seguro, iniciativa do governo federal voltada à redução da criminalidade violenta que tem como foco central a redução da impunidade e prioriza o aprimoramento da produção da prova técnica.

O diagnóstico possibilitou à Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp ajustar sua atuação pertinente ao tema, bem como sistematizar e aprofundar o conhecimento sobre a estrutura, o funcionamento e as necessidades das instituições de perícia criminal das Unidades da Federação.

Este trabalho não foi realizado sem dificuldade. A perícia no Brasil carece de uma estrutura minimamente padronizada, o que faz com que se desenhe de forma diferente em cada Estado e no Distrito Federal. A escassez de dados sistematizados mostrou-se como regra e chamou-nos a atenção como os próprios gestores, muitas vezes, desconhecem suas instituições.

Assim, em que pese que as informações aqui apresentadas tenham sido fornecidas pelas próprias instituições, é necessário que os dados sejam lidos com ressalvas. Por mais que tenha se tentado garantir a consistência dos dados, em alguns casos isso não foi possível – e eis aí o primeiro ponto relevante do diagnóstico, o desconhecimento que a perícia criminal do Brasil tem de si mesma, não apenas no âmbito nacional, mas também no local.

Buscou-se levantar dados sobre o investimento feito nas perícias pelas UFs, mas, surpreendentemente, constatou-se o desconhecimento do orçamento ou a ausência de acompanhamento da execução orçamentária na maioria dos Estados. Somente quatro Estados mostraram não somente conhecer o orçamento e acompanhar sua execução como também o utilizá-lo como instrumento de gestão.

Também chamaram a atenção as informações pertinentes às escalas de trabalho e ao tempo reservado para confecção de laudos. As escalas de trabalho são totalmente diversas

nas diferentes UF's e não raro encontram-se escalas que transformam a atividade pericial em quase um "serviço extra", no qual o profissional de perícia comparece em seu local de trabalho uma vez por semana. A ausência de previsão de tempo para confecção de laudos – no ambiente de trabalho, e não em casa – também não é rara, o que é uma das causas para o número considerável de exames e laudos pendentes existente em quase todas as UF's.

Se há carência de pessoal, de equipamentos e de capacitação, mais do que tudo, a principal constatação deste diagnóstico aponta para a necessidade de reformulação da gestão da criminalística, sem o que o país seguirá carente de serviço tão fundamental para a proteção dos direitos humanos (das vítimas, dos acusados e dos criminosos) e para o fortalecimento do arcabouço probatório e a consequente redução da impunidade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste trabalho combinou estratégias qualitativas e quantitativas de coleta de dados. Para sua realização foram contratados, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consultores que, em conjunto com a Senasp elaboraram, testaram e revisaram instrumentos de coleta de dados e roteiros de entrevistas e/ou visitas técnicas que subsidiaram o levantamento de informações nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Foram elaborados cinco questionários diferentes que atenderam às especificidades das unidades de Criminalística, Medicina Legal, Identificação, Laboratórios e Laboratórios de DNA (quando separados das estruturas da Criminalística e/ou da Medicina Legal) e quatro roteiros, para entrevistas com o Dirigente Geral de Perícia, com os Chefes de Unidades de Perícia, com peritos, médicos e papiloscopistas e um roteiro de visita às unidades.

Foram visitadas as unidades de perícia de todas as capitais e foram aplicados questionários que levantaram informações não apenas destas unidades, mas de toda a Unidade da Federação. Os dados foram coletados até o final de maio de 2012, porém o processo de análise verificou não apenas a existência de lacunas importantes como também de falhas na formulação de algumas questões. Assim, foram realizados dois processos de recoleta de informações, por e-mail e telefonemas, que ocorreram na segunda quinzena de julho e no final de agosto e começo de setembro de 2012.

Inicialmente os dados foram analisados por um dos consultores, contratado especificamente com essa função, e posteriormente foram revistos e reanalisados pela própria equipe da Senasp, que é a responsável pelo texto que ora se apresenta.

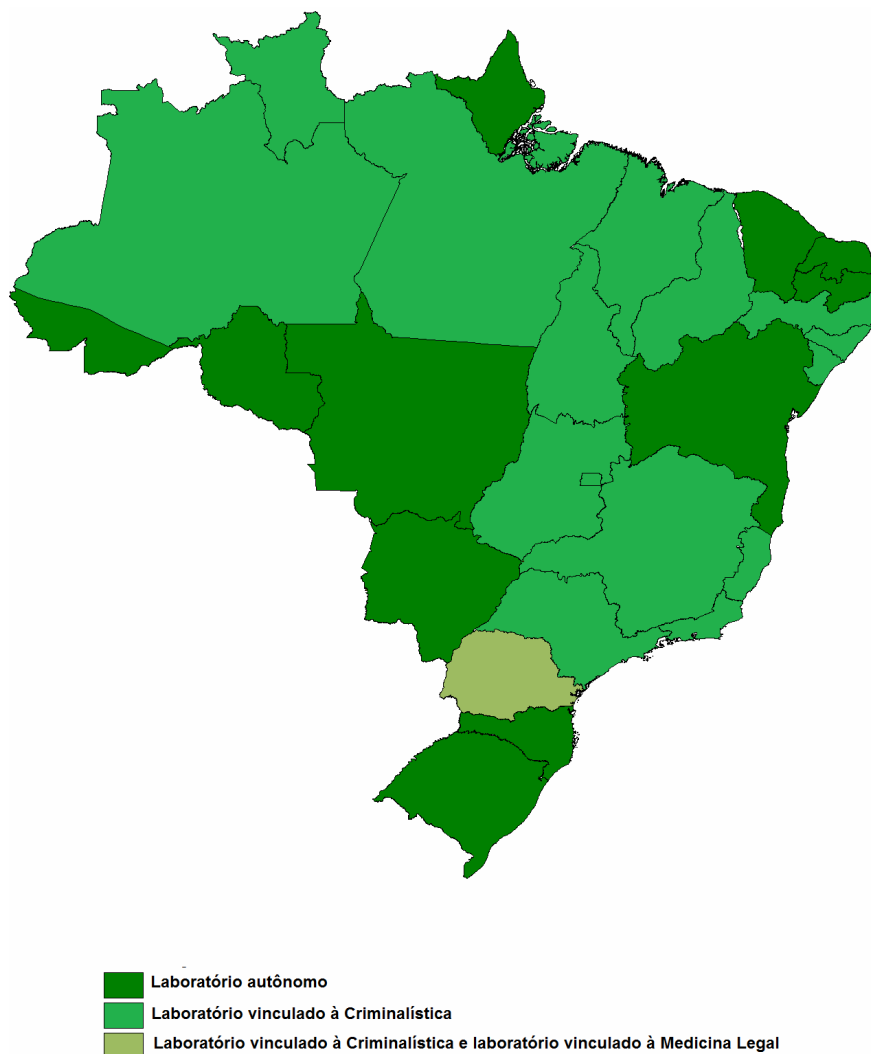
1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional, referente tanto à subordinação da atividade pericial como às atividades realizadas pelos órgãos de perícia criminal dos Estados e do Distrito Federal foi o primeiro aspecto a ser pesquisado. Nesse sentido, buscou-se identificar: a) a vinculação da atividade pericial em relação às demais estruturas da Unidade da Federação e da segurança pública; b) a existência de uma unidade central responsável por coordenar as atividades de perícia nas unidades federadas; e c) as atribuições e atividades desenvolvidas pelos órgãos periciais das Unidades da Federação.

Com relação à subordinação e autonomia da função pericial (Mapa 1), verifica-se que a atividade pericial é em maior parte do país vinculada diretamente às Secretarias de Segurança Pública, porém em 11 Estados a perícia ainda integra a estrutura da Polícia Civil. Detectou-se uma única situação em que a atividade de perícia é vinculada diretamente ao governador do Estado, caso do Amapá. Quase todas as UFs tem um órgão central responsável por coordenar as atividades das diversas unidades periciais.

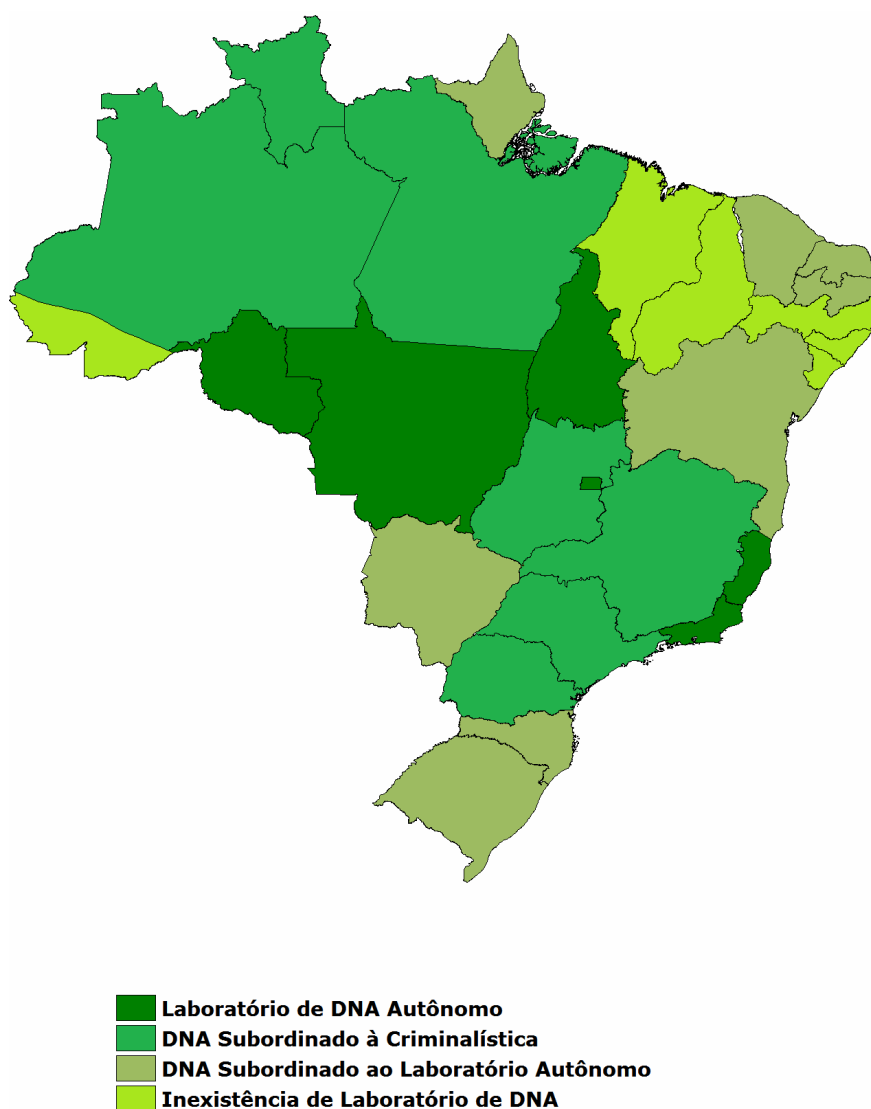
como ocorre em Roraima, no Pará, em São Paulo e em Minas Gerais, cuja unidade de Identificação é vinculada diretamente à Polícia Civil.

Constatou-se que 11 Estados separaram a atividade laboratorial das demais atividades da criminalística (Mapa 2) e que no Paraná existe laboratório também na unidade de Medicina Legal. Na área de DNA, 5 Estados e o Distrito Federal criaram uma estrutura autônoma em relação às demais áreas periciais e 6 Estados afirmaram que não realizam esse tipo de atividade (Mapa 3).

Mapa 2 - VINCULAÇÃO DOS LABORATÓRIOS NAS UNIDADES FEDERADAS, 2011

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 3 - EXISTÊNCIA E VINCULAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

1.2. Especialidades Desenvolvidas

Foram coletados dados relacionados às atividades desenvolvidas pelas unidades de perícia das capitais dos Estados, que são as mais estruturadas e, conseqüentemente, trabalham com maior número de especialidades periciais do que as unidades eventualmente existentes no interior dos Estados. As unidades do interior tendem a ter menor número de profissionais e casuística reduzida, conforme se verá adiante. Com relação ao DF essa distinção não se faz pertinente posto que a estrutura é centralizada.

Constatou-se que as especialidades atendidas pelas unidades de Criminalística de todas as UFs são: local de crime, documentoscopia, balística, identificação veicular e exames em veículos (Tabela 1).

No que se refere à Medicina Legal, as atividades desenvolvidas por todas as 27 UFs são apenas a realização de exames de necropsia (tanatologia forense) e os exames de lesão corporal. Há um número consideravelmente baixo de UFs que trabalham com a parte de psicologia e psiquiatria forense (Tabela 2).

O único exame laboratorial executado por 26 UFs são as análises químicas (Tabela 3). Embora em Alagoas a competência para realização de perícias laboratoriais seja do Instituto de Criminalística, o Estado não tem de fato laboratório. O exame toxicológico, fundamental para detectar o uso de drogas ou veneno não é realizado por 6 Estados. Em que pese o Estado de São Paulo ter informado que não realiza esse tipo de exame, possivelmente trata-se de um equívoco no preenchimento do questionário, uma vez que o Estado tem um núcleo especializado nessa atividade.

Em relação às atividades de papiloscopia (Mapa 4), em que pese que as unidades de Identificação realizam também atividades de natureza civil e não somente criminal, selecionou-se as três principais atividades de natureza criminal para identificar quais são atendidas pelas UFs – perícias em documentos (confrontos de identidade), perícias em locais ou materiais (levantamento de impressões latentes) e perícias necropapiloscópicas (identificação datiloscópica de cadáveres).

TABELA 1 - ESPECIALIDADES ATENDIDAS NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA DAS CAPITAIS, POR UF, 2011

UF	Local de Crime ¹	Documen- toscopia	Balística	Identifica- ção Veicular	Exames em Veículos	Grafos- copia	Informá- tica	Audio- visual	Fonética	Meio Ambiente	Engenharia	Contabi- lidade	Merceo- logia	Reconheci- mento Facial
AC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim	-	Sim	-
AL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-
AM	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		-
AP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
BA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim
DF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-
GO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	Sim	-
MA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-
MG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim			-
PA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
PB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim
PE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-
PI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	
PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
RJ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
RN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim		Sim
RO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-
RR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-
RS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim
SC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	-	-	-
SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim
TO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
TOTAL	27	27	27	27	27	26	26	25	23	22	19	17	16	11

¹Inclui local de crime contra a vida, contra a pessoa e contra o patrimônio, bem como local de acidentes com veículos

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 2 - ESPECIALIDADES ATENDIDAS NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL DAS CAPITAIS, POR UF, 2011

UF	Tanatologia (Necropsia)	Lesões Corporais	Traumatologia	Sexologia	Antropologia	Odontologia	Psiquiatria	Radiologia	Psicologia	Psicopatologia ¹
AC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	-
AL	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	-
AM	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-
AP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-
BA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-
CE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-
DF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim
ES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-
GO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-
MA	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	-
MG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MS	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	Sim	-	-
MT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
PA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-
PE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-
PI	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	-	-	-	-
PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
RJ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		
RN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
RO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-
RR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-
RS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SC	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	Sim	-
SE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-
SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
TO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim
TOTAL	27	27	26	26	22	22	16	13	11	8

¹Psiquiatria+psicologia

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

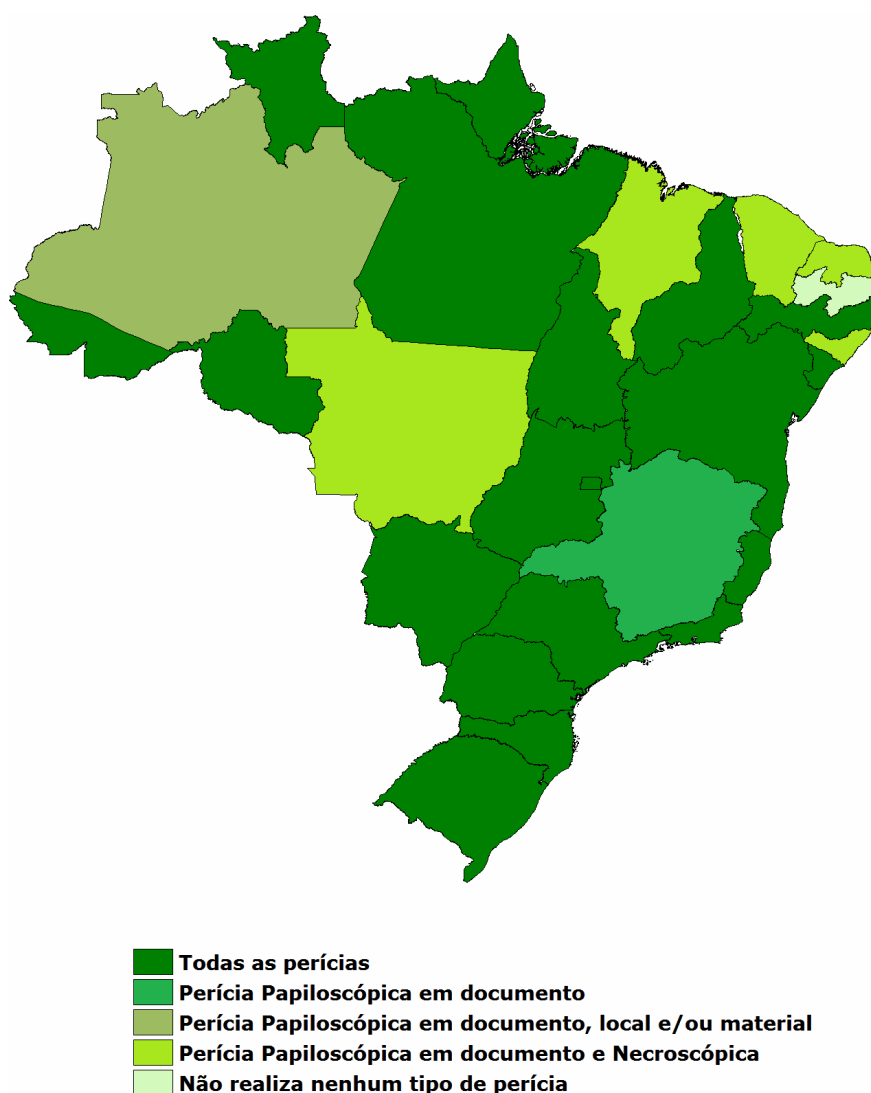
Tabela 3 - ESPECIALIDADES ATENDIDAS PELOS LABORATÓRIOS DAS CAPITAIS, POR UF, 2011

UF	Química	Toxicologia	Bioquímica	DNA	Sorologia	Física	Entomologia	Zoologia	Bromatologia	Botânica	Citohistologia	Medicina Veterinária
AC	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	-	-	-
BA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		-
CE	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	Sim	-
DF	Sim	Sim	Sim	***	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-
ES	Sim	-	-	***	-	-	-	-	-	-		-
GO	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	Sim	-
MA	Sim	Sim	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-
MG	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	-	-	-	-	-
MS	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	Sim	Sim	Sim		-
MT	Sim	Sim	-	***	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-
PB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-
PE	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	-	-	Sim	-	-	-
PI	Sim	-	Sim	-	Sim	-	-	-	-	-	-	-
PR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	-	-	-	Sim	-
RJ	Sim	-	Sim	***	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim
RN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-
RO	Sim	Sim	Sim	***	Sim	-	-	-	-	-	-	-
RR	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim			Sim			Sim
RS	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-
SC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-	-	-
SE	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	Sim	-	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-	Sim
TO	Sim	Sim	-	***	-	Sim	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26	21	19	15	11	9	7	6	5	5	4	3

*** UFs com laboratórios autônomos de DNA

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública /Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

MAPA 4 - ESPECIALIDADES DE PAPILOSCOPIA ATENDIDAS NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

1.3. Interiorização e Cobertura dos Serviços Periciais

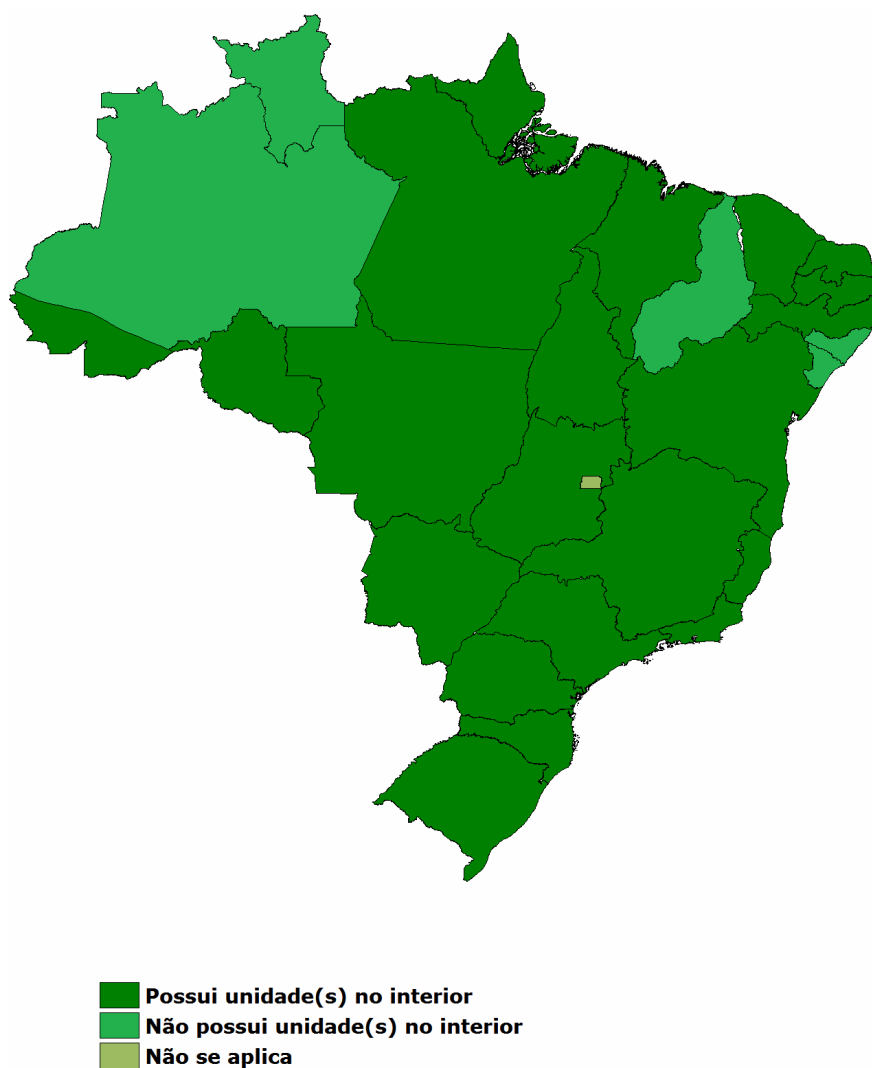
Detectadas as atividades realizadas pelos órgãos de perícia, buscou-se mapear a interiorização e a cobertura dos serviços periciais em relação ao território dos entes federados.

A maioria das UF's demonstrou ter algum processo de interiorização da atividade de Criminalística (Mapa 5 e Tabela 4), com exceção de Roraima, Amazonas, Piauí, Alagoas e Sergipe, que não possuem unidades no interior, o que pode significar pelo menos três

cenários distintos: a) que a atividade pericial não é realizada no interior do Estado; b) que a atividade pericial é realizada no interior do Estado por peritos lotados na Capital; e c) que a atividade pericial é realizada no interior do Estado por peritos nomeados *ad hoc*.

Se a interiorização da criminalística é bastante reduzida na maioria dos Estados, é importante atentar para a interiorização da Medicina Legal (Mapa 6 e Tabela 5) . Quatro Estados, dentre eles o Amazonas, com toda sua extensão territorial, tem IML tão somente na capital. Acre e Alagoas tem duas unidades de Medicina Legal para atender todo o Estado (Rio Branco e Cruzeiro do Sul no primeiro e Maceió e Arapiraca no segundo) e o Maranhão, com mais de 330 mil km² de área, três unidades (São Luís, Imperatriz e Timon).

MAPA 5 – INTERIORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA NAS UNIDADES FEDERATIVAS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 4 - QUANTIDADE DE UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2011

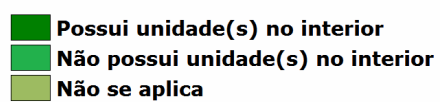
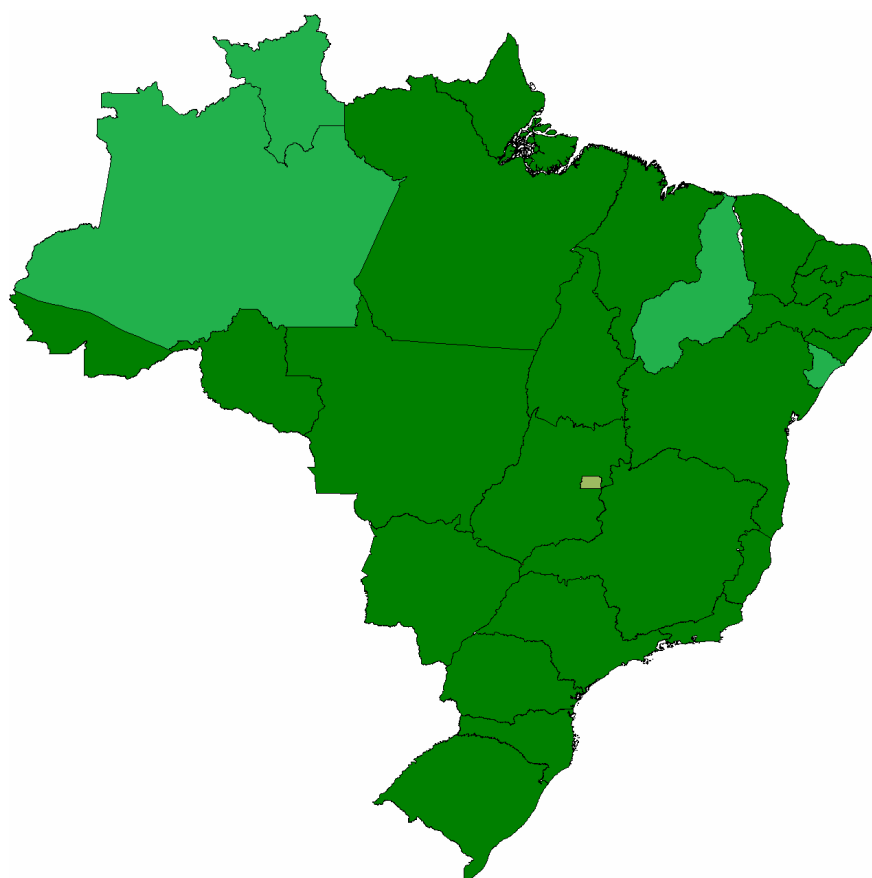
UF	Capital	RM	Interior	TOTAL
AC	1	0	3	4
AL	1	0	0	1
AM	1	0	0	1
AP	1	*	4	5
BA	1	**	27	28
CE	1	0	5	6
DF	1	*	*	1
ES	1	*	3	4
GO	1	0	13	14
MA	1	*	2	3
MG	1	0	61	62
MS	1	*	11	12
MT	1	0	9	10
PA	1	0	4	5
PB	1	0	2	3
PE	1	0	3	4
PI	1	0	0	1
PR	1	0	9	10
RJ	2	3	14	19
RN	1	0	1	2
RO	1	0	7	8
RR	1	*	0	1
RS	1	0	9	10
SC	1	1	27	29
SE	1	0	0	1
SP	27	6	51	84
TO	1	0	13	14
TOTAL	54	10	278	342

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012

Mapa 6 - INTERIORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 5 - QUANTIDADE DE UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011

UF	Capital	RM	Interior	TOTAL
AC	1	*	1	2
AL	1	**	1	2
AM	1	0	0	1
AP	1	*	3	4
BA	1	**	29	30
CE	1	**	5	6
DF	1	*	0	1
ES	1	0	3	4
GO	1	0	13	14
MA	1	**	2	3
MG	1	7	56	64
MS	1	**	9	10
MT	3	1	16	20
PA	1	0	8	9
PB	1	**	3	4
PE	1	2	2	5
PI	1	0	0	1
PR	1	*	17	18
RJ	2	4	14	20
RN	1	**	2	3
RO	1	0	7	8
RR	1	*	0	1
RS	1	3	36	40
SC	1	1	25	27
SE	1	0	0	1
SP	6	11	53	70
TO	1	0	12	13
TOTAL	35	29	317	381

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

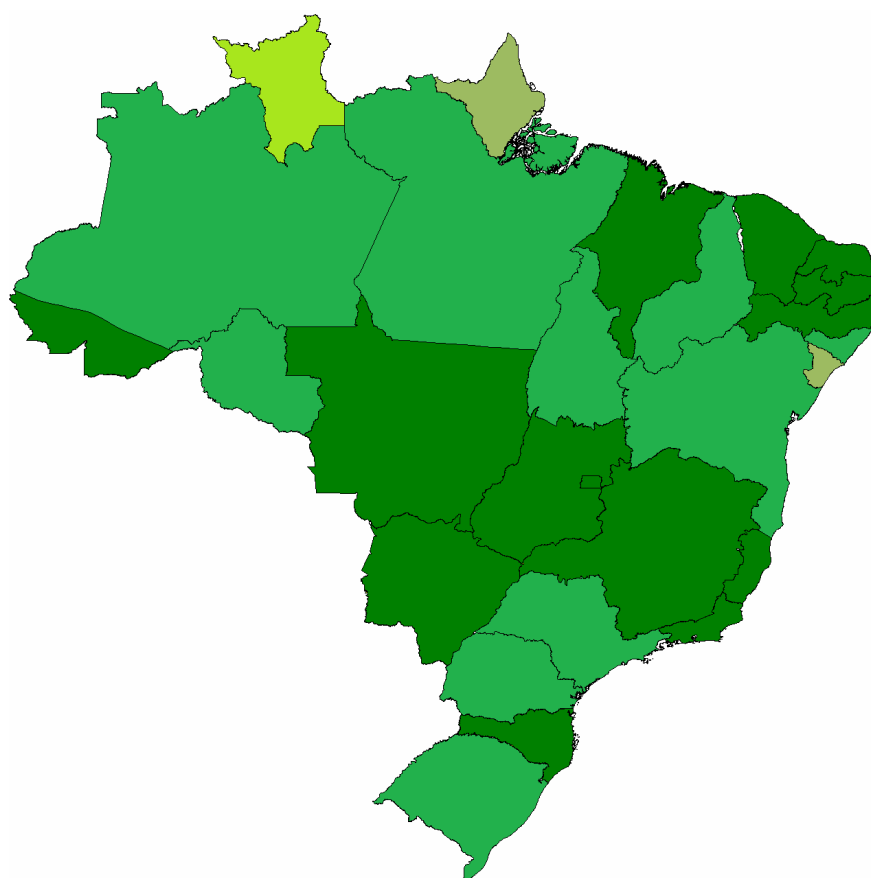
Neste item, buscou-se identificar a utilização e aplicação de sistemas de informação pelos órgãos de perícia das unidades federadas. Essa informação é relevante porque a gestão da informação é fundamental para a gestão da organização como um todo: sistemas de gestão de informação são fundamentais para monitorar elementos como a produtividade dos profissionais, o tempo de realização dos exames periciais e da produção de laudos e a demanda represada.

Neste aspecto, duas notas se fazem necessárias para compreender os dados a seguir apresentados: a) o fato de que este item não foi pesquisado no que se refere aos laboratórios de DNA; e b) a possibilidade de que algumas UFs possam ter confundido sistemas de gestão da informação com a utilização de programas de redação de texto ou de confecção de planilhas.

2.1. Acesso à Internet

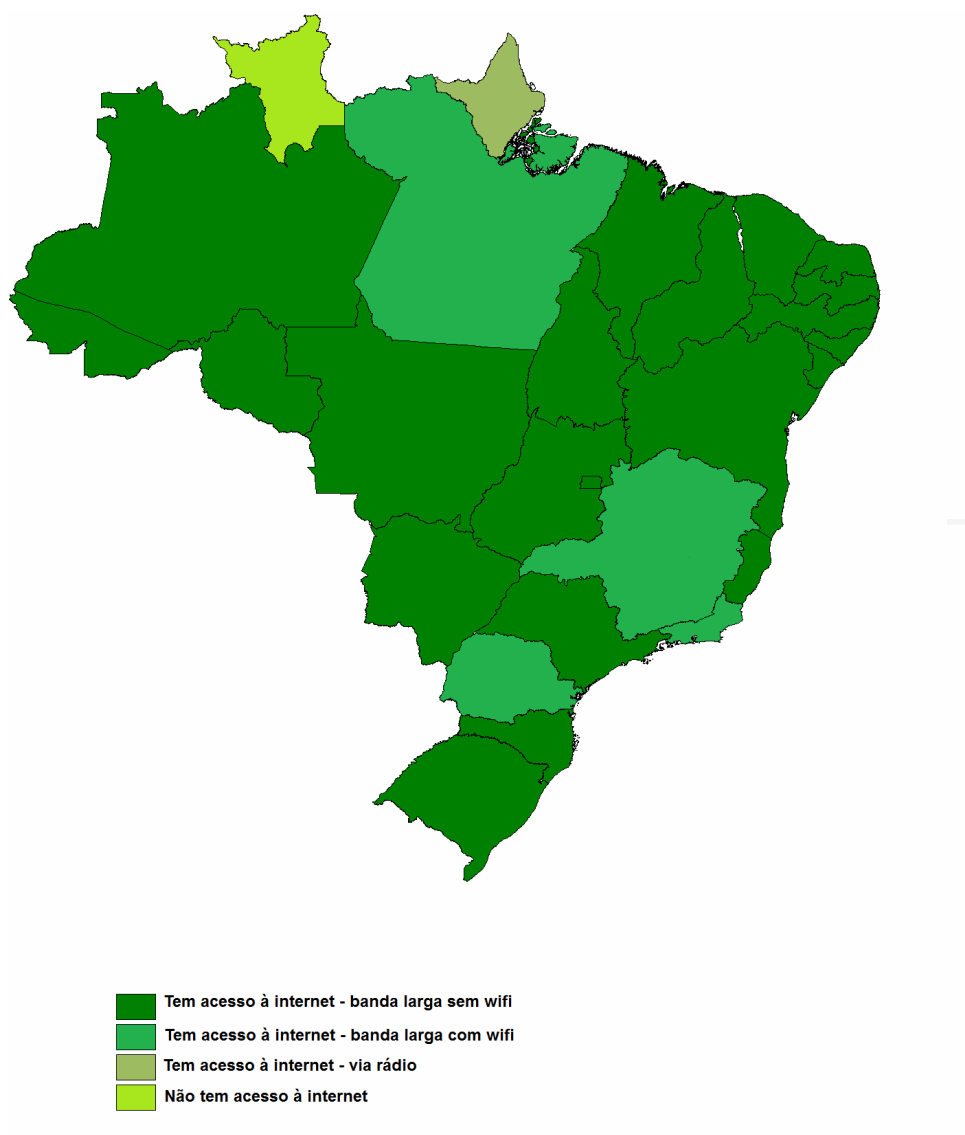
Antes de verificar a existência de sistemas informatizados de gestão, levantou-se a existência de acesso à Internet e os Estados que mais se mostraram fragilizados nesse sentido foram o Amapá e Roraima (Mapas 7, 8 e 9).

Mapa 7 - ACESSO À INTERNET NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA PESQUISADAS, 2011



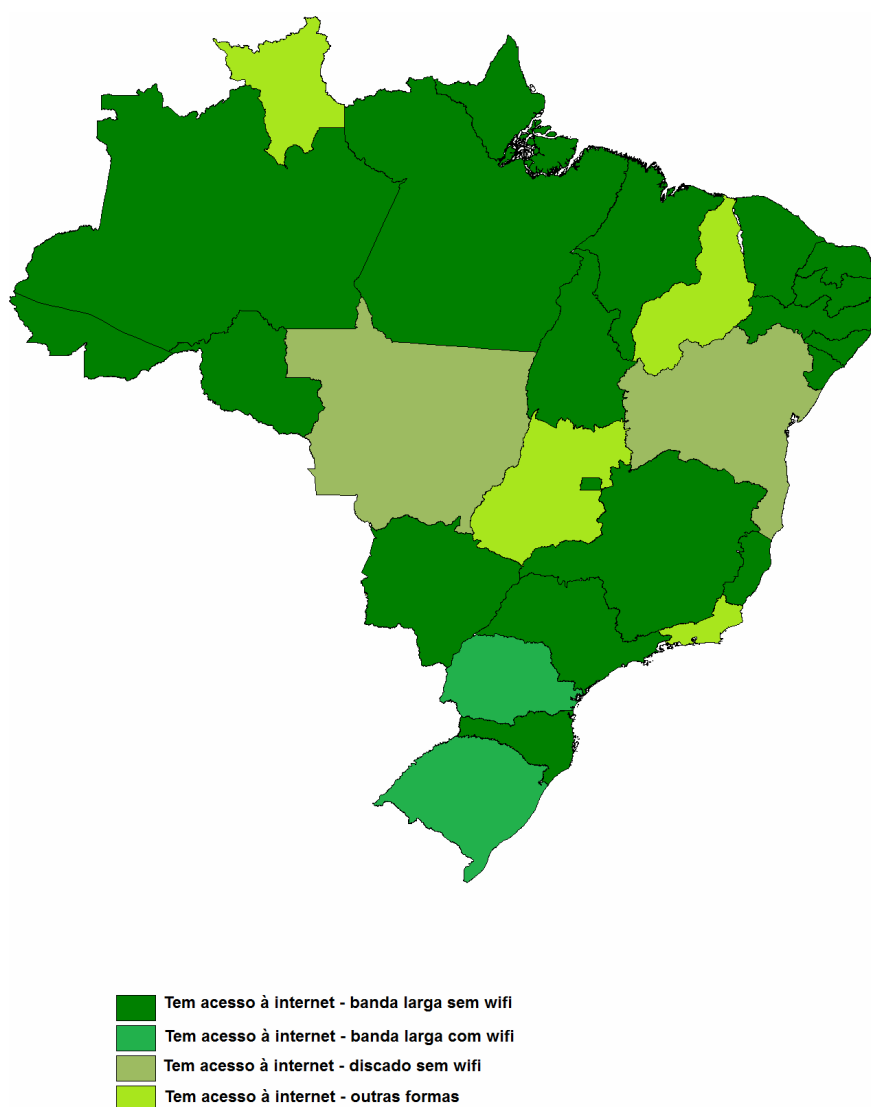
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 8 - ACESSO À INTERNET NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL PESQUISADAS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 9 - ACESSO À INTERNET NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO PESQUISADAS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

2.2. Sistemas de Gestão

Não há sistemas informatizados de gestão da Criminalística em efetivo funcionamento nas Capitais de 11 Estados (Mapa 10). Também não há sistemas de gestão da Medicina Legal nas Capitais de 5 Estados (Mapa 11) e nos Institutos de Identificação de 3 Estados (Mapa 12).

Algumas unidades desenvolveram soluções próprias que geralmente são focadas no gerenciamento e confecção de laudos, como ocorre, por exemplo, no Instituto de

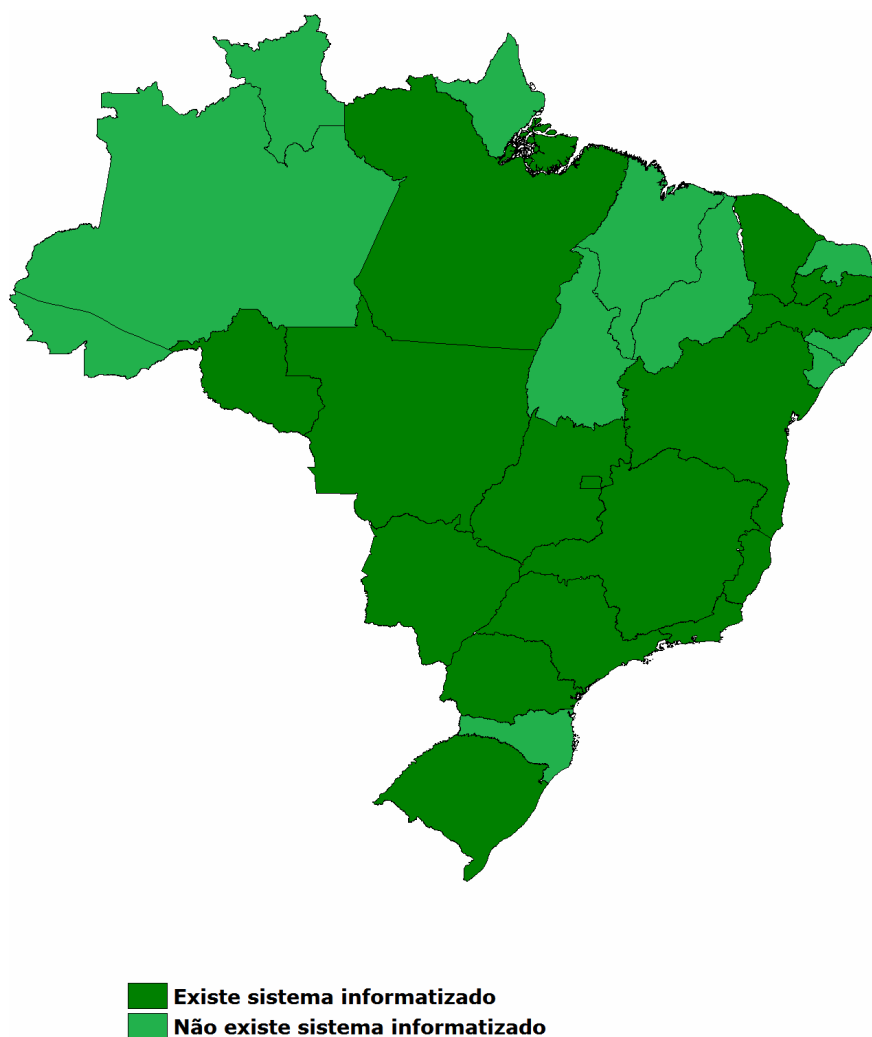
Identificação (II) e no Instituto Médico Legal (IML) do Distrito Federal, no Instituto de Criminalística (IC) na Bahia, no IML em Sergipe, no IC e no II de Minas Gerais, e no IML e no IC do Mato Grosso, no IC e no IML do Rio de Janeiro, no IC e no Laboratório Central de Rondônia. A formulação e utilização inteligente desse tipo de ferramenta possibilita maior velocidade de elaboração e disseminação da informação pericial, mas não constitui um sistema integral de gerenciamento de informação.

Em relação às funções principais do sistema de gestão, as informações obtidas (Gráfico 1) apontam que:

- A maioria das unidades de Criminalística e de Medicina Legal pesquisadas não tem sistema que monitore a custódia de vestígios;
- A maioria das unidades de Criminalística e de Medicina Legal pesquisadas tem sistema de controle de requisições de exames, mas o mesmo não ocorre com as unidades de Identificação;
- A maioria das unidades de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação pesquisadas tem sistema de controle de documentos;
- A maioria das unidades de Medicina Legal pesquisadas tem sistema de informatização do laudo, mas o mesmo não ocorre com as unidades de Criminalística e Identificação; e
- A maioria das unidades de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação pesquisadas não tem sistema de controle de insumos de laboratório.

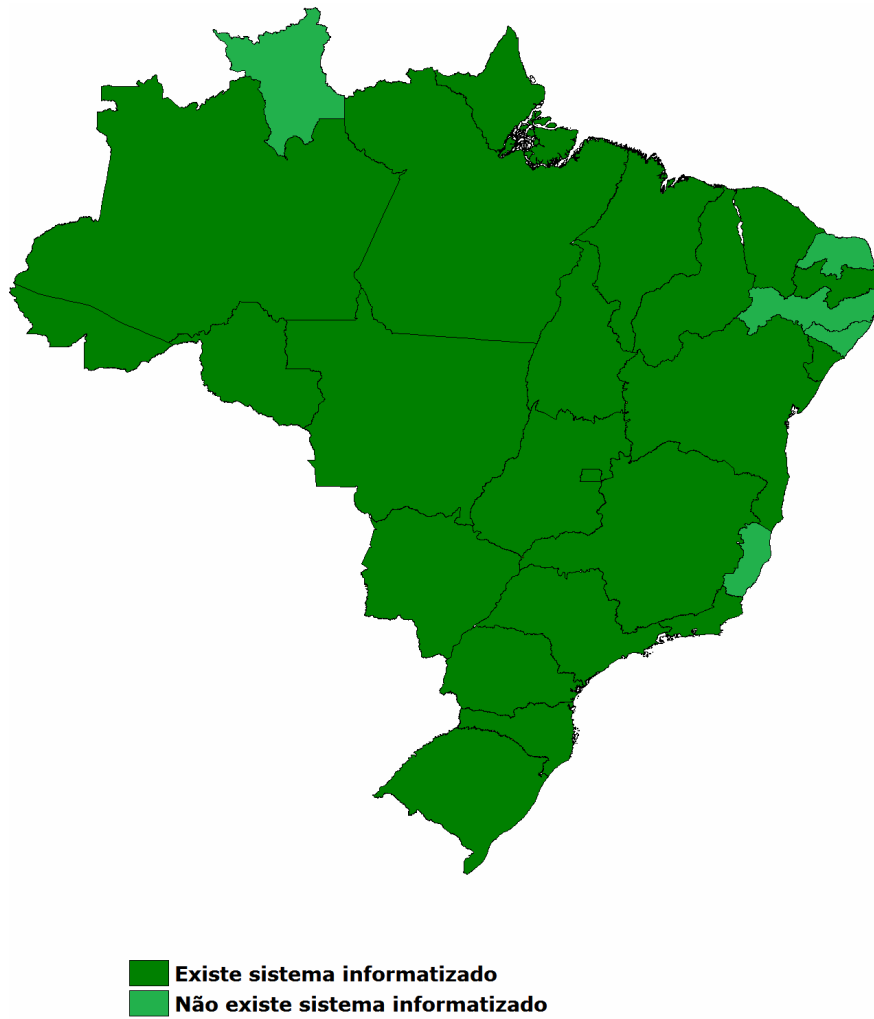
O levantamento apontou que a maior parte dos profissionais são capacitados para utilização dos sistemas informatizados existentes, mas que nem sempre existe uma rotina de análise dos dados como forma de subsidiar a gestão.

Mapa 10 - SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, CAPITAIS, 2011



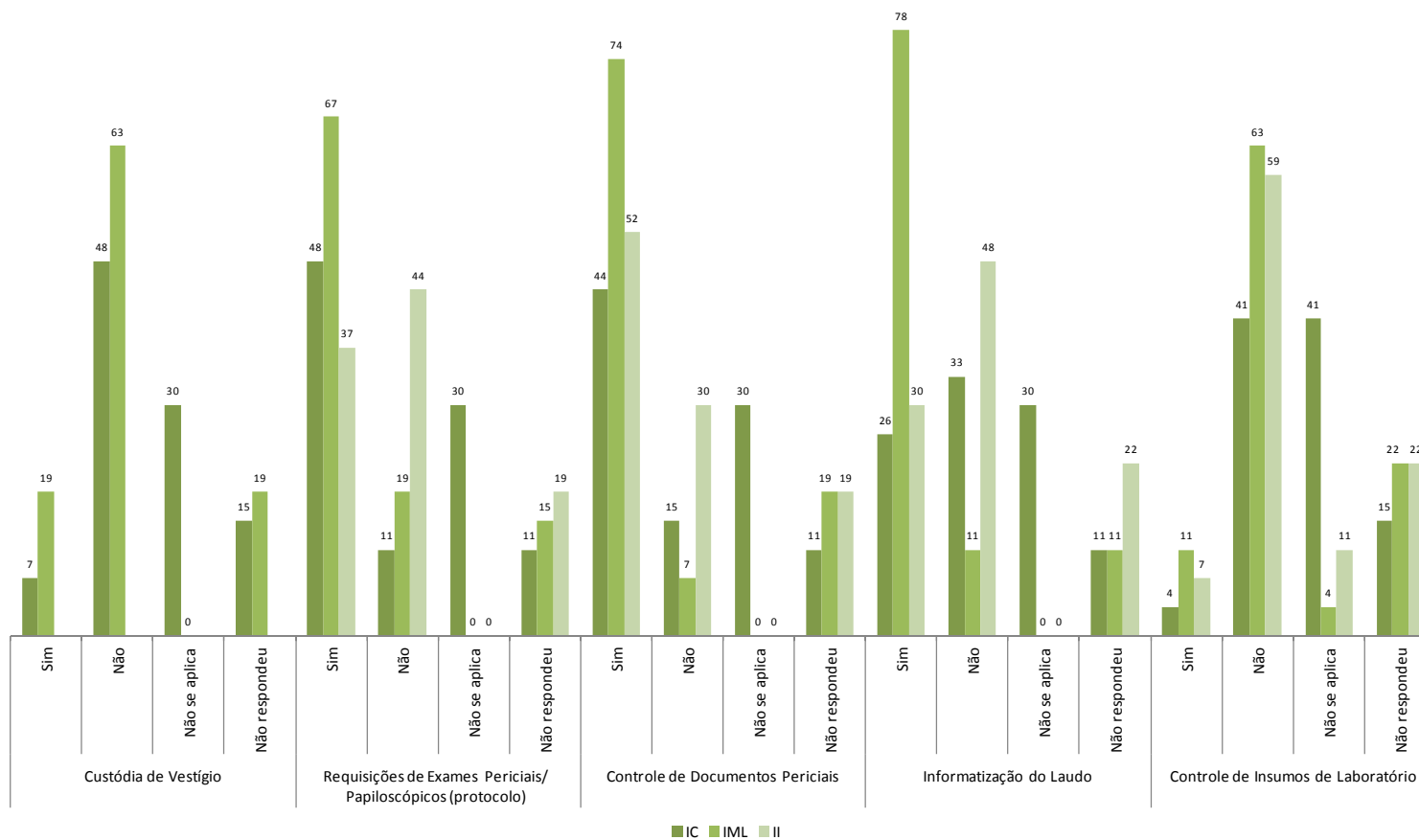
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 11 - SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, CAPITALIS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 1 - EXISTÊNCIA E ABRANGÊNCIA DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS, EM PORCENTAGEM, NAS UNIDADES PESQUISADAS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

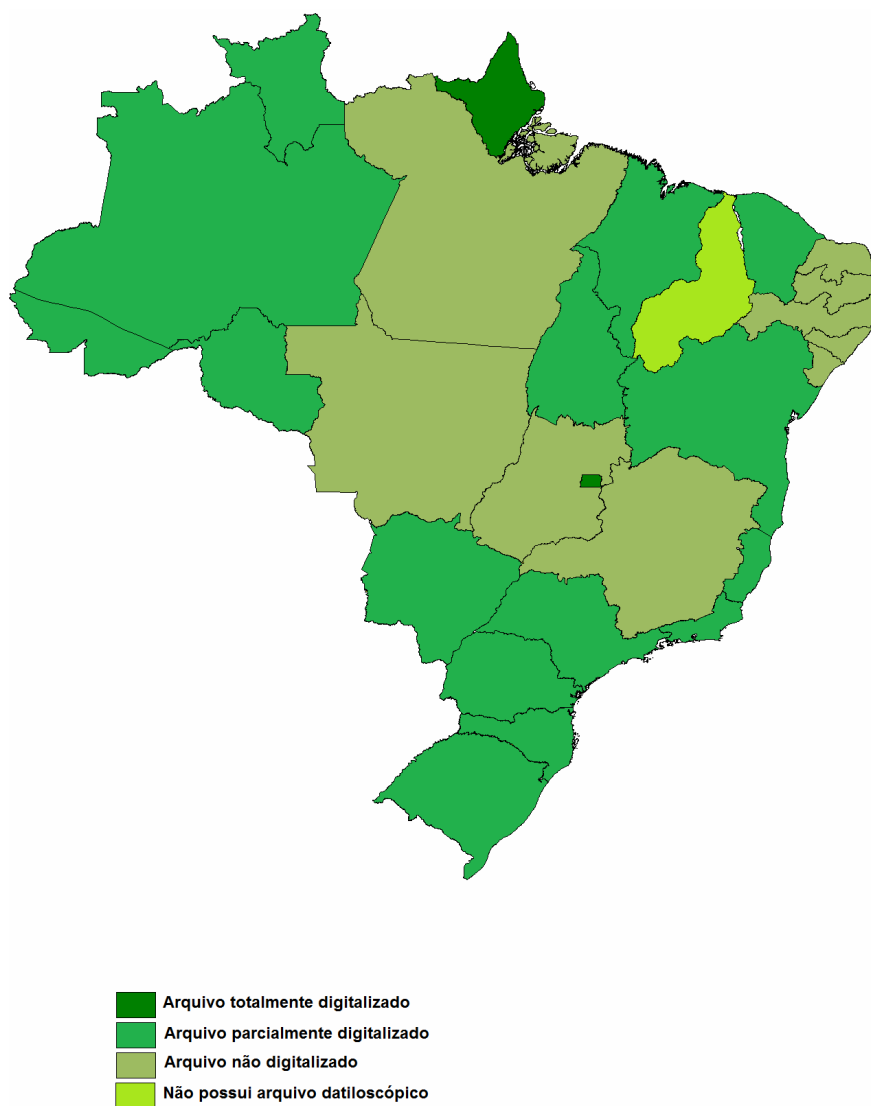
2.3. Digitalização dos Arquivos das Unidades de Identificação

A digitalização do acervo e a existência de sistemas informatizados para cadastro de impressões digitais são fundamentais para a execução das atividades das unidades de Identificação e foram, ao longo dos anos, financiados pela Senasp. Buscou-se aqui mapear como está esse processo de informatização e como se dá a divisão do acervo entre arquivo civil e criminal.

Estão integral ou parcialmente digitalizados os arquivos datiloscópicos de 17 UFs e um informou não possuir arquivos (Mapa 13). Entretanto, verificando o Mapa 14, nota-se que o Estado informou ter sistema AFIS com base totalmente convertida.

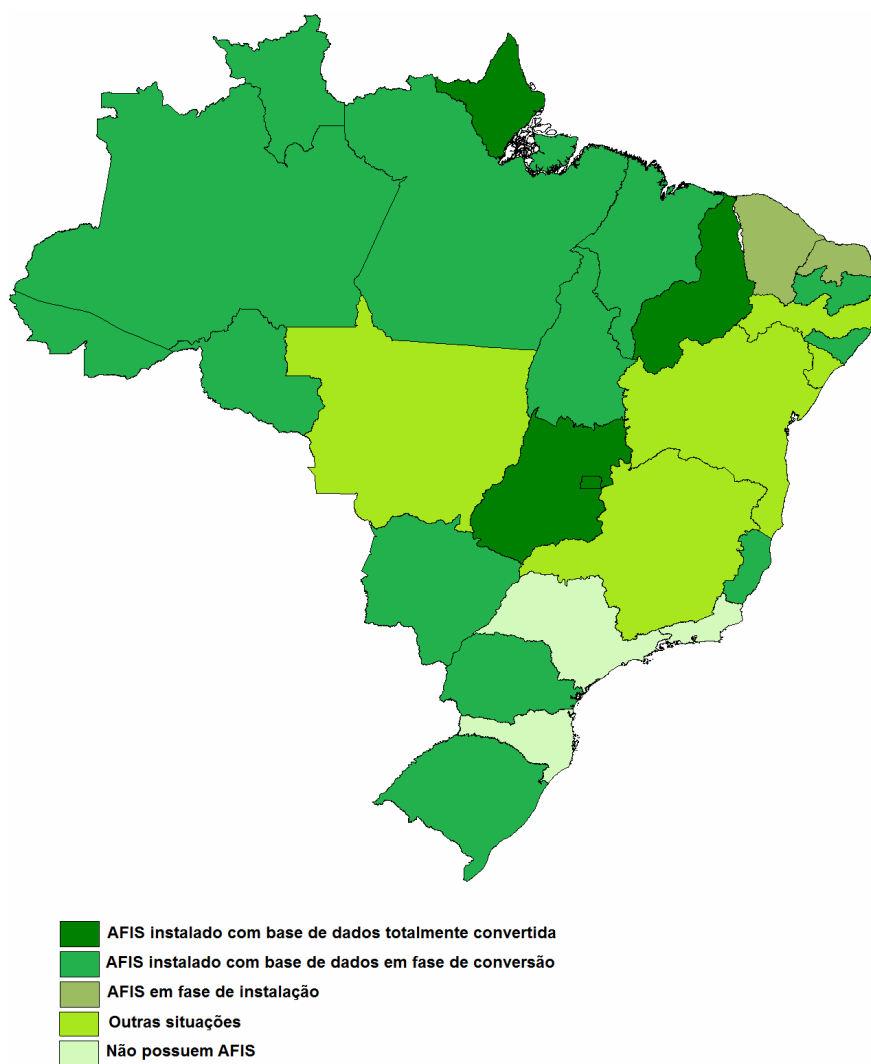
Além da digitalização do acervo, foram levantadas informações sobre a instalação de sistemas automatizados de impressões digitais (AFIS), que possibilitam a comparação de dados (Mapa 14). Dezesesseis Estados têm AFIS em funcionamento, com a base de dados parcial ou integralmente convertida. Cinco Estados têm acesso e utilizam o banco de dados do AFIS nacional, o que significa que estão cadastrando as informações na medida em que fazem consultas (ou seja, não fizeram a conversão da base de dados, mas estão inserindo no sistema os dados referentes a cada consulta realizada). São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina afirmaram não ter sistema automatizado.

Mapa 13 - DIGITALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DATILOSCÓPICOS, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 14 - EXISTÊNCIA E SITUAÇÃO DO AFIS NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

3. RECURSOS MATERIAIS

Os equipamento e insumos representam parte importante no processo de realização da perícia. Este item aponta os recursos materiais existentes e leva em consideração: a) quantidade dos principais equipamentos por área pericial (Tabelas 6, 7, 8 e 10); e b) a quantidade de veículos de transporte de cadáveres (Tabela 9).

A regularidade no fornecimento de reagentes é importante para a continuidade dos exames e velocidade na apresentação dos resultados. Questões sobre esse tema apontaram que: a) a maioria dos Laboratórios que estão dentro das unidades de Criminalística não tem problemas no recebimento de insumos; b) 5 Laboratórios dentro das unidades de Medicina Legal não recebem os reagentes de forma contínua; e c) 10 unidades de Identificação não recebem de forma contínua os reagentes necessários ao desempenho de suas atribuições.

A utilização dos insumos gera resíduos, e seu descarte deve receber manejo adequado. Especialmente as unidades de Medicina Legal devem ter normas e recolhimento específico para o descarte de resíduos hospitalares e materiais descartados. Com relação a este tema, verificou-se que, em geral, as unidades de Criminalística, de Identificação e Laboratórios Autônomos utilizam o recolhimento de resíduo comum. As unidades de Medicina Legal utilizam com maior frequência recolhimento especializado e específico. O Estado de São Paulo destacou-se por normatizar e estruturar o descarte de resíduos.

Também foi mapeada a existência de equipamentos de proteção individual (EPIs). Os EPIs são importantes para a segurança pessoal da atividade pericial especialmente nos locais de crime, laboratórios, áreas de necropsia e ambientes em que possa existir a contaminação pelo profissional de perícia em sua atuação ou do ambiente para o profissional. Observou-se grande variabilidade nos estoques dos mesmos e em sua utilização pelas unidades federativas, sendo constatada maior na distribuição dos equipamentos específicos para atuação nas unidades de Medicina Legal, tais como luvas, botas, macacões e máscaras.

Tabela 6 - EQUIPAMENTOS EM USO NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA E LABORATÓRIOS, POR UF, 2011

UF	Comparador balístico	GPS	Luzes forenses	Máquina Fotográfica	Trenas a Laser	Cromatógrafo gasoso	Sequenciador de DNA	Termociclador
AC	2	10	1	16	5	0	1	1
AL	1	20	10	15	10	0	0	0
AM	2	15	0	9	8	0	1	3
AP	1	14	64	11	10	0	1	2
BA	4	38	191	44	31	4	0	0
CE	2	25	26	43	25	2	1	2
DF	3	33	10	70	28	2	2	5
ES	3	6	0	17	0	1	1	2
GO	2	40	2	75	27	0	2	0
MA	2	17	90	22	18	1	0	0
MG	4	145	147	228	168	1	1	1
MS	3	15	19	38	16	0	1	2
MT	1	22	18	41	23	0	1	2
PA	2	47	177	52	47	2	1	1
PB	2	20	160	22	20	2	2	3
PE	3	40	40	57	40	1	1	3
PI	2	5	5	8	5	0	0	0
PR	4	61	400	92	50	2	3	3
RJ	6	4	4	61	22	1	0	0
RN	3	10	80	13	10	0	0	0
RO	3	15	41	41	15	2	0	2
RR	1	12	1	30	11	0	0	0
RS	7	14	15	14	14	2	1	0
SC	5	38	81	90	31	2	1	2
SE	2	4	0	20	4	0	0	0
SP	12	280	283	182	280	1	2	4
TO	2	37	1	54	18	2	1	0
Total	84	987	1866	1365	936	28	24	38

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 7 - EQUIPAMENTOS EM USO NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011

UF	Aparelho de Raios X	Mesas de Necropsia	Mesas Ginecológicas	Aparelhos de Esterilização	Kits de Necropsia	Macas	Foco Cirúrgico	Colposcópios	Máquina fotográfica
AC	2	3	2	1	5	5	1	0	4
AL	**	2	1	2	1	**	**	1	2
AM	1	0	0	0	0	0	1	1	9
AP	0	5	3	0	1	0	0	0	0
BA	5	38	25	5	27	58	**	1	31
CE	6	25	5	**	2	27	3	**	26
DF	1	4	1	3	*	3	1	0	15
ES	0	10	3	1	2	**	1	0	2
GO	2	30	13	1	63	18	4	3	20
MA	1	12	3	0	0	5	3	0	2
MG	10	65	48	0	0	10	0	1	59
MS	2	9	6	0	7	24	2	0	4
MT	1	5	4	0	4	9	0	1	2
PA	4	13	5	4	10	1	2	2	**
PB	4	16	4	0	25	6	4	4	4
PE	5	17	2	1	50	10	0	1	8
PI	0	2	1	0	1	1	0	0	1
PR	3	41	14	3	20	55	**	1	10
RJ	2	45	22	1	25	49	7	1	54
RN	1	2	1	1	**	**	**	**	3
RO	1	6	1	1	3	1	0	1	2
RR	1	2	1	0	1	2	0	0	3
RS	4	10	40	0	44	**	**	1	**
SC	2	42	29	4	53	22	10	11	29
SE	1	6	2	0	8	12	**	3	0
SP	18	93	44	0	0	136	41	2	109
TO	6	8	5	0	7	5	0	1	10
Total	83	511	285	28	359	459	80	36	409

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 8 - NÚMERO DE CÂMARAS DE REFRIGERAÇÃO, DE CÂMARAS FRIAS E DE VAGAS PARA CADÁVERES NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011

UF	Câmaras de refrigeração	Câmaras-frias (que apenas congelam)	Câmaras-frias (que congelam e resfriam)	TOTAL DE CÂMARAS FRIAS E DE REFRIGERAÇÃO DA UF	TOTAL DE VAGAS PARA CADÁVERES EM CADA UF
AC	0	0	2	2	6
AL	**	3	**	3	11
AM	2	1	**	3	22
AP	7	0	**	7	15
BA	1	0	41	42	214
CE	0	0	10	10	16
DF	24	2	0	26	48
ES	4	**	**	4	**
GO	0	0	26	26	89
MA	0	0	3	3	21
MG	0	2	0	2	73
MS	3	3	0	6	33
MT	2	0	0	2	28
PA	1	0	1	2	22
PB	0	0	28	28	56
PE	4	1	**	5	65
PI	1	0	0	1	6
PR	*	*	19	19	197
RJ	41	0	34	75	869
RN	4	**	**	4	30
RO	2	0	0	2	24
RR	0	2	0	2	8
RS	*	*	3	3	62
SC	0	32	0	32	304
SE	1	1	1	3	17
SP	59	**	**	59	474
TO	0	4	0	4	12
Total	156	51	168	375	2.722

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 9 - QUANTIDADE DE VIATURAS OPERACIONAIS (RABECÕES), POR UF, 2011

UF	Capital	RM	Interior	Total
AC	2	*	3	5
AL	6	*	4	10
AM	3	*	*	3
AP	1	*	1	2
BA	3	**	15	18
CE	6	**	10	16
DF	7	*	*	7
ES	2	*	5	7
GO	3	**	22	25
MA	3	*	4	7
MG	#	1	3	4
MS	1	**	0	1
MT	*	2	10	12
PA	2	*	8	10
PB	4	**	4	8
PE	6	*	7	13
PI	1	0	0	1
PR	4	**	21	25
RJ	0	**	**	**
RN	3	**	2	5
RO	2	*	1	3
RR	3	*	*	3
RS	0	0	0	0
SC	2	**	26	28
SE	3	0	0	3
SP	10	0	0	10
TO	1	0	2	3
Total	78	3	148	229

Os rabecões são da Polícia Civil na Capital e não são gerenciados pelo IML

* Não se aplica. ** Não sabe/Não respondeu.

Fonte:

Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 10 - EQUIPAMENTOS EM USO NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, POR UF, 2011

UF	Aparelho de luz forense	Aparelho de luz UV/Visível	Câmera fotográfica	Kit para levantamento de impressões latentes em local	Câmara fumigadora para cianoacrilato	Lupa com estativa
AC	0	1	3	3	0	7
AL	0	0	0	0	0	0
AM	16	2	2	4	0	0
AP	1	1	2	1	0	0
BA	0	1	119	0	0	76
CE	**	**	40	**	**	**
DF	1	83	49	30	3	145
ES	1	1	1	27	0	0
GO	0	0	72	18	0	**
MA	**	**	**	**	**	**
MG	**	**	**	**	**	**
MS	1	0	2	13	1	0
MT	**	**	**	**	**	**
PA	0	0	6	2	0	0
PB	0	0	13	0	0	0
PE	1	4	9	18	2	**
PI	0	0	1	1	0	0
PR	0	0	51	10	0	0
RJ	2	1	4	3	3	0
RN	*	*	*	1	*	*
RO	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	5	1	1	7
RS	23	23	23	**	1	15
SC	**	**	4	7	1	**
SE	0	0	0	0	0	0
SP	**	**	1	2	0	60
TO	0	19	25	19	3	0
Total	46	136	432	160	15	310

* Não se aplica. ** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

4. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem a base do desenvolvimento organizacional e são fundamentais para a dos serviços periciais. Este item busca descrever o perfil e a quantidade dos principais profissionais de perícia.

Em que pesem as diversas nomenclaturas adotadas pelas UFs para nomear os profissionais de perícia, optou-se, com a finalidade de auxiliar na produção da informação, por padronizar as nomenclaturas, estabelecendo seguintes categorias profissionais: Perito Criminal, Perito Médico Legista ou Médico Legista, Papiloscopista, Auxiliar de Necropsia e Auxiliar de Perícia.

Das informações apresentadas a seguir, chamam a atenção:

- a insuficiência, ou mesmo ausência, de profissionais de perícia no interior dos Estados (Tabelas 12 a 16);
- a quantidade de profissionais com mais de 20 anos de serviço, ou seja, que estão próximos da aposentadoria: 29% dos peritos, 28% dos médicos legistas e 36,4% dos papiloscopistas (Gráficos 3 a 8);
- a disparidade entre os salários pagos às diferentes categorias em uma mesma UF e às mesmas categorias em UFs distintas (Gráficos 9 a 13); e
- a maior carência de planos de carreira para os papiloscopistas (Mapas 15 a 17).

Tabela 11 - QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, POR UF, 2011

UF	Peritos Criminais	Perito Médico Legista	Psiquiatra	Odontologista	Papiloscopistas	Auxiliar de Perícia ³	Auxiliares de Necropsia
AC	40	7 ⁵	2	*	74	0	9
AL	49	32	**	5	5	0	10
AM	142	44	1	5	0 ²	0	17
AP	71	20	1	6	50	31	19
BA	317	193	**	23	159	197	55
CE	78 ¹	48	1	19	18	9	19
DF	169	56	6	0	306	**	37
ES	61	31	0	0	124	0	34
GO	146	92	0	0	174	12	80
MA	88	55	0	3	3	14	1
MG	588	237	3	4	1 ²	0	14
MS	108	50	*	*	164	0	*
MT	133	32	2	5	136	14	16
PA	306	108 ⁴	6 ⁴	*	183	81	60
PB	116	43	0	33	49	37	23
PE	153	88	*	1	349	45	54
PI	24	23	0	2	33	0	6
PR	195	73	**	2	299	12	41
RJ	296	310 ⁶	*	*	207	123	257
RN	48	25	5	12	4 ²	11	28
RO	118	35	1	4	184	47	35
RR	39	14	0	8	15	12	15
RS	228	35	**	11	175	7	0
SC	182	83	0	2	33	43	48
SE	14	10	0	1	10	35	8
SP	1065	468	**	0	277	0	286
TO	151	67	0	2	143	0	67
Total	4925	2279	28	148	3.175	730	1239

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

¹ Peritos criminais e peritos adjuntos

² Serviço de papiloscopia é desempenhado por Peritos Criminais

³ Servidores ou terceirizados

⁴ Inclui profissionais credenciados

⁵ Inclui profissionais cedidos à perícia

⁶ Inclui médicos e odontologistas

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS, POR UF, 2011

UF	Capital	RM	Interior	Total
AC	40	*	*	40
AL	49	*	*	49
AM	142	*	*	142
AP	56	*	15	71
BA	186	**	131	317
CE ¹	61	3	14	78
DF	169	*	*	169
ES	48	*	13	61
GO	83	*	63	146
MA	66	*	22	88
MG	219	46	323	588
MS	58	**	50	108
MT	76	**	57	133
PA	189	*	117	306
PB	69	*	47	116
PE	130	0	23	153
PI	24	0	0	24
PR	128	*	67	195
RJ	135	70	91	296
RN	41	0	7	48
RO	58	*	60	118
RR	39	*	*	39
RS	178	*	50	228
SC	76	7	99	182
SE	14	*	*	14
SP	406	114	545	1065
TO	75	*	76	151
Total	2815	240	1870	4925

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

¹ Peritos criminais e peritos adjuntos

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS MÉDICOS LEGISTAS, POR UF, 2011

UF	Capital	RM	Interior	Total
AC	4	*	3	7
AL	17	**	15	32
AM	44	*	*	44
AP	18	*	2	20
BA	81	**	112	193
CE	28	**	20	48
DF	56	*	*	56
ES	19	*	12	31
GO	29	**	63	92
MA	34	**	21	55
MG	56	34	147	237
MS	28	**	22	50
MT	30	*	2	32
PA	51	*	57	108
PB	17	**	26	43
PE	69	*	19	88
PI	16	0	7	23
PR	43	**	30	73
RJ	117	96	97	310
RN	13	**	12	25
RO	20	*	15	35
RR	14	*	*	14
RS	35	**	**	35
SC	9	4	70	83
SE	10	0	0	10
SP	140	53	275	468
TO	22	0	45	67
Total	1020	187	1072	2279

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte:

Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS PAPILOSCOPISTAS, POR UF, 2011

UF	Capital	RM	Interior	Total
AC	54	*	20	74
AL	5	0	0	5
AM ¹	0	0	0	0
AP	42	*	8	50
BA	126	3	30	159
CE	9	1	8	18
DF	306	*	*	306
ES	93	18	13	124
GO	82	**	92	174
MA	3	0	0	3
MG ¹	1	0	**	1
MS	66	3	95	164
MT	87	8	41	136
PA	170	0	13	183
PB	40	0	9	49
PE	328	8	13	349
PI	33	0	**	33
PR	209	2	88	299
RJ	207	**	**	207
RN ¹	4	*	*	4
RO	118	*	66	184
RR	15	*	0	15
RS	100	17	58	175
SC	8	0	25	33
SE	10	*	**	10
SP	264	3	10	277
TO	88	*	55	143
Total	2468	63	644	3.175

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

¹ Serviço de papiloscopia desempenhado por Peritos Criminais

Fonte:

Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DE PERÍCIA NOS ICs, POR UF, 2011

UF	Capital	RM	Interior	Total
AC	0	*	*	0
AL	0	*	*	0
AM	0	*	*	0
AP	28	*	7	31
BA	47	**	150	197
CE	16	*	0	9
DF	**	**	**	**
ES	0	*	0	0
GO	12	**	0	12
MA	13	**	1	14
MG	0	0	0	0
MS	*	**	*	0
MT	8	**	10	14
PA	15	*	66	81
PB	25	*	12	37
PE	39	0	6	45
PI	0	0	0	0
PR	12	*	**	12
RJ	0	86	37	123
RN	18	0	**	11
RO	21	*	26	47
RR	12	*	*	12
RS	10	*	0	7
SC	20	1	28	43
SE	35	*	*	35
SP	0	0	0	0
TO	0	*	0	0
TOTAL	331	87	343	730

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte:

Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DE NECROPSIA, POR UF, 2011

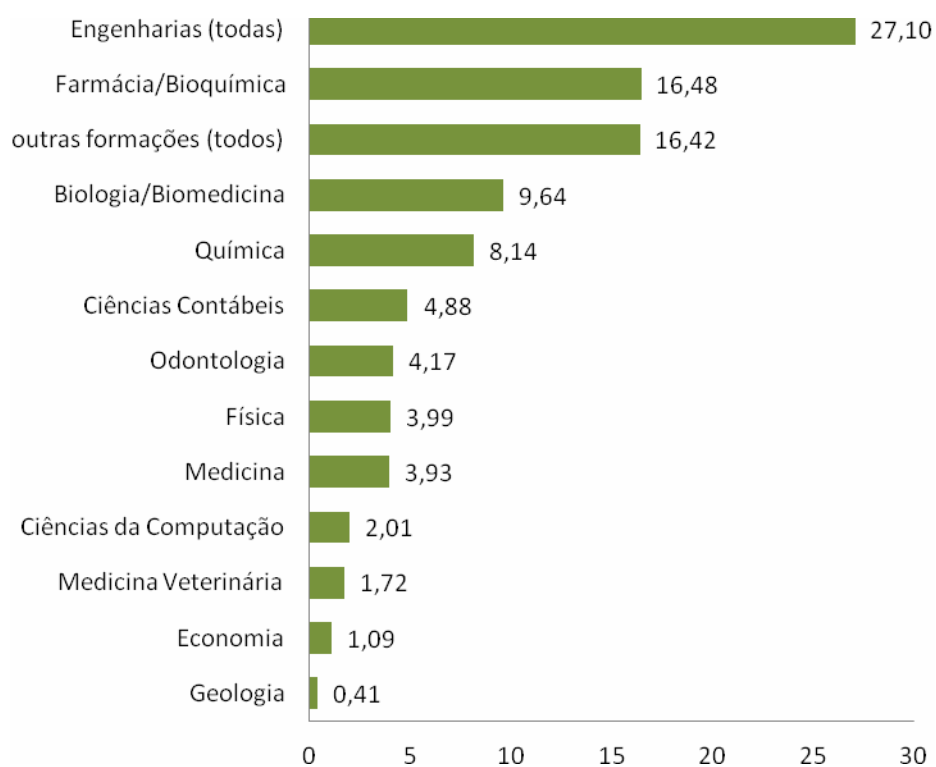
UF	Capital	RM	Interior	Total
AC	8	*	1	9
AL	10	**	**	10
AM	39	*	*	39
AP	17	*	2	19
BA	15	**	40	55
CE	13	**	6	19
DF	37	*	*	37
ES	22	*	12	34
GO	22	**	58	80
MA	6	*	1	7
MG	14	0	0	14
MS	*	**	1	1
MT	14	*	2	16
PA	20	*	40	60
PB	7	**	16	23
PE	22	*	32	54
PI	6	0	0	6
PR	16	**	25	41
RJ	120	74	63	257
RN	20	**	8	28
RO	20	*	15	35
RR	15	*	*	15
RS	**	**	**	
SC	9	0	39	48
SE	8	0	0	8
SP	78	30	178	286
TO	24	0	43	67
Total	582	104	582	1268

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 2 - FORMAÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS, PERCENTUAL, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça – Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

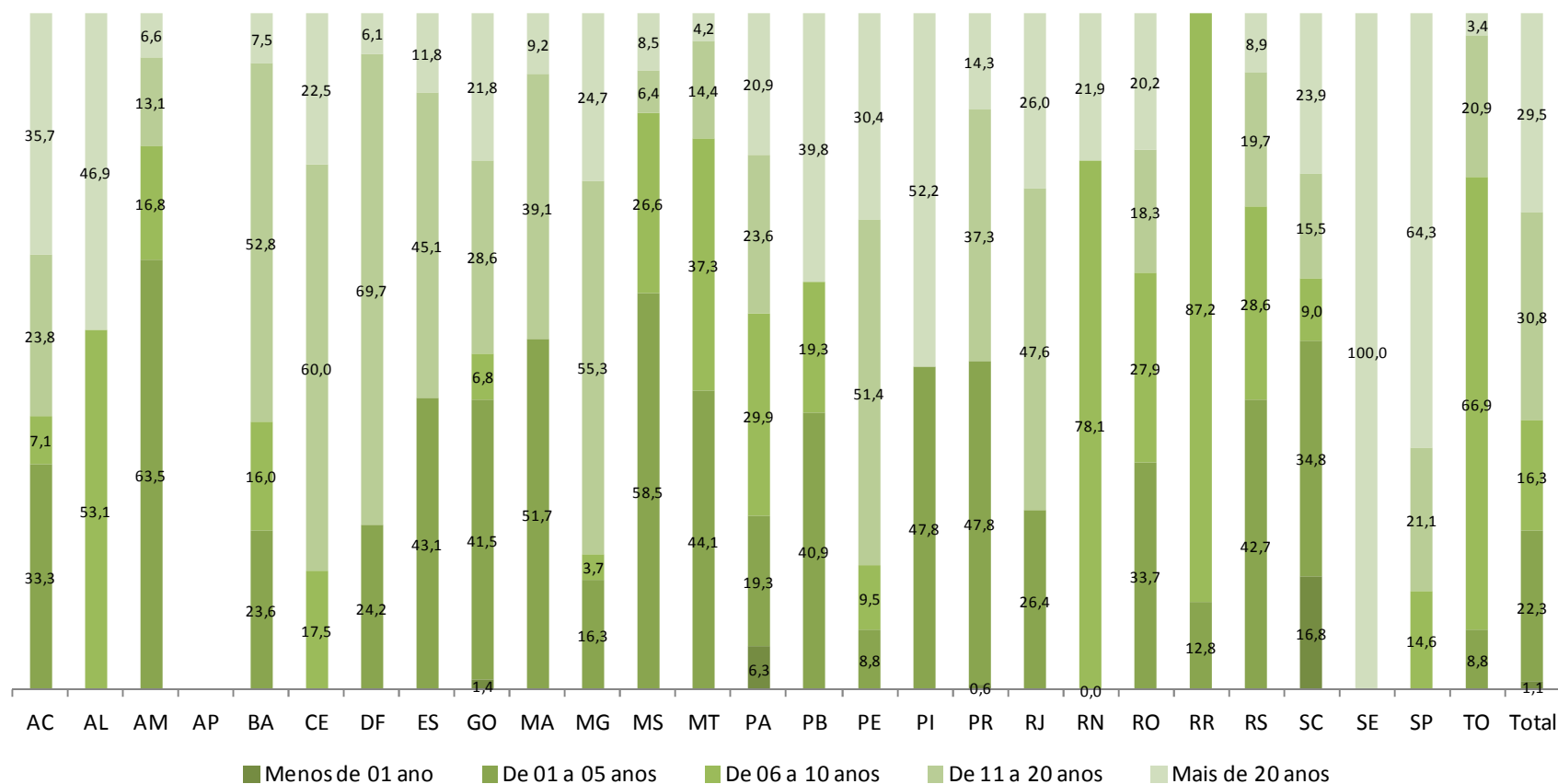
Tabela 17 - QUANTIDADE DE PERITOS CRIMINAIS POR ÁREA PRIORITÁRIA DE ATUAÇÃO, POR UF, 2012

UF	Informática	Química	Genética	Local de Crime	Balística e Caracterização Física de Materiais	Outras áreas
AC	1	2	0	26	2	13
AL	1	2	0	35	4	5
AM	6	17	7	69	6	76
AP	4	0	4	172	3	16
BA	5	5	10	41	13	50
CE	2	1	3	26	2	10
DF	3	11	9	74	8	45
ES	2	4	4	27	5	10
GO	5	7	4	36	7	24
MA	1	6	2	28	4	31
MG	3	32	12	50	9	409
MS	4	8	4	13	4	73
MT	3	63	18	88	61	66
PA	7	33	6	69	17	117
PB	3	4	8	34	9	25
PE	5	15	4	58	7	29
PI	2	3	1	6	2	6
PR	10	6	4	51	16	61
RJ	5	24	8	124	75	60
RN	4	1	2	16	5	60
RO	1	7	3	65	2	31
RR	1	2	2	11	1	22
RS	4	10	12	74	21	71
SC	4	15	4	79	7	47
SE	0	0	0	8	2	3
SP	33	37	11	0	**	513
TO	3	5	2	95	3	27
Total	122	320	144	1375	295	1900

** Não sabe/Não respondeu

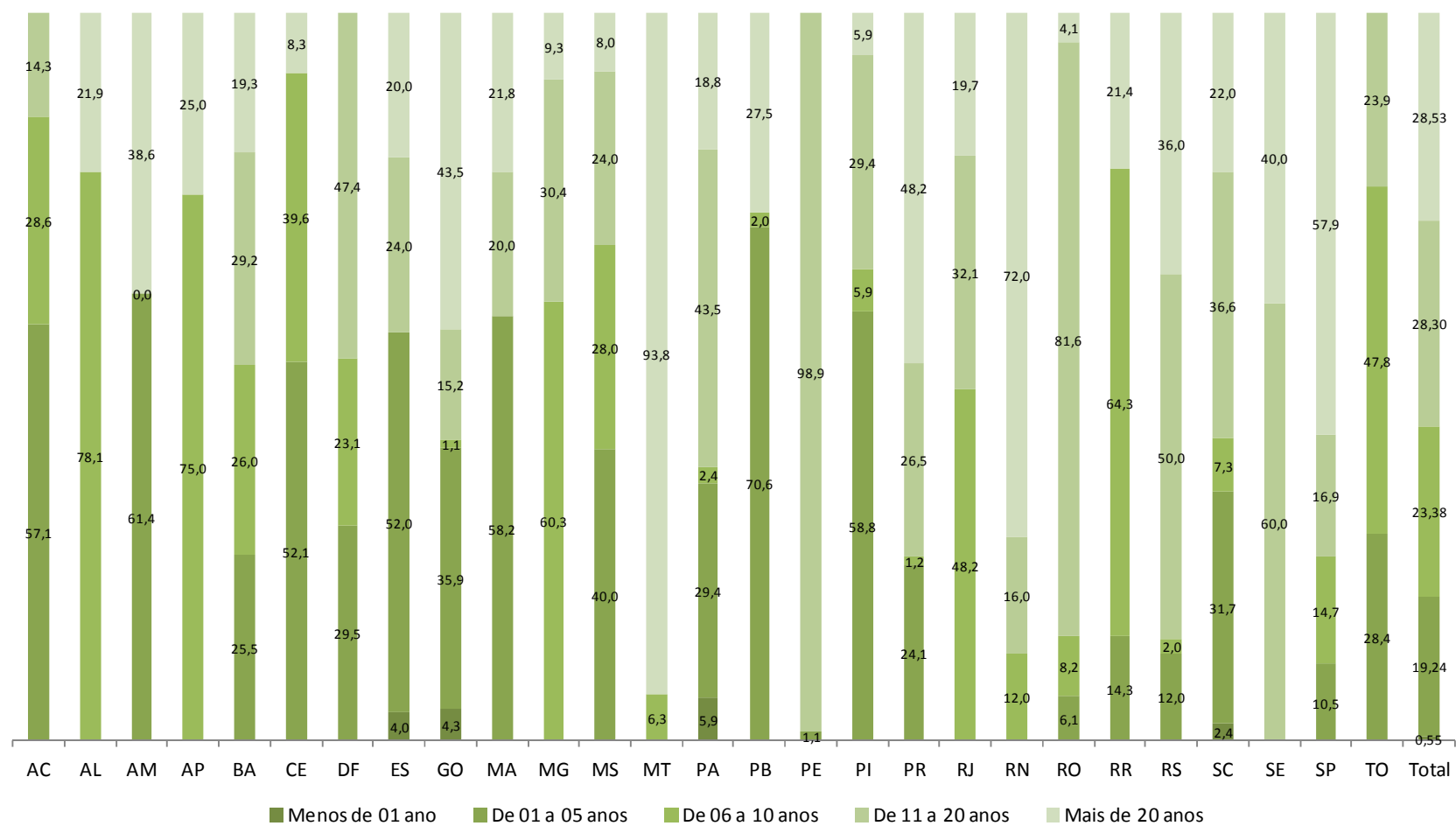
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 3 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PERITOS CRIMINAIS, PERCENTUAL, POR UF, 2011



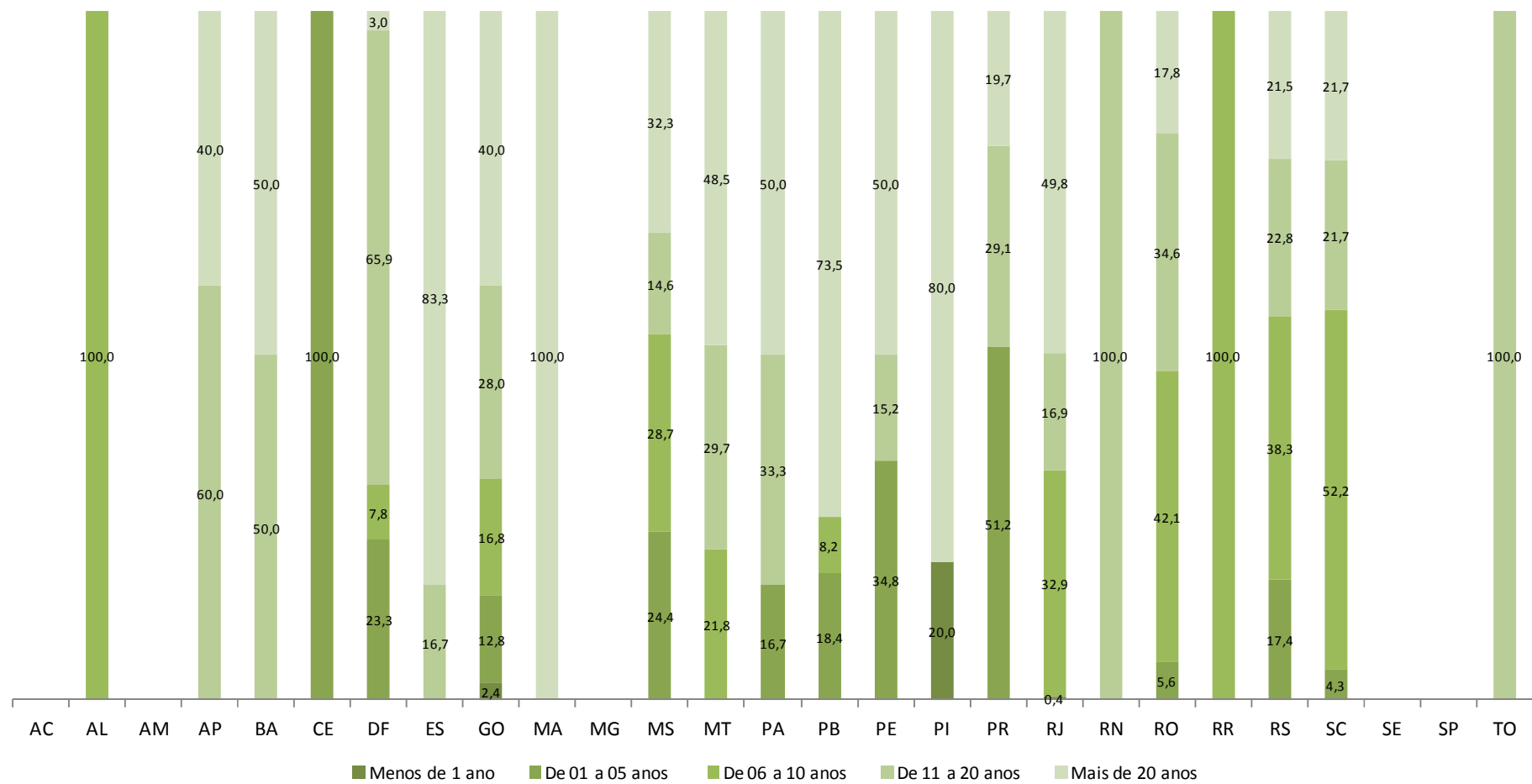
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 4 - TEMPO DE SERVIÇO DOS MÉDICOS LEGISTAS, PERCENTUAL, POR UF, 2011



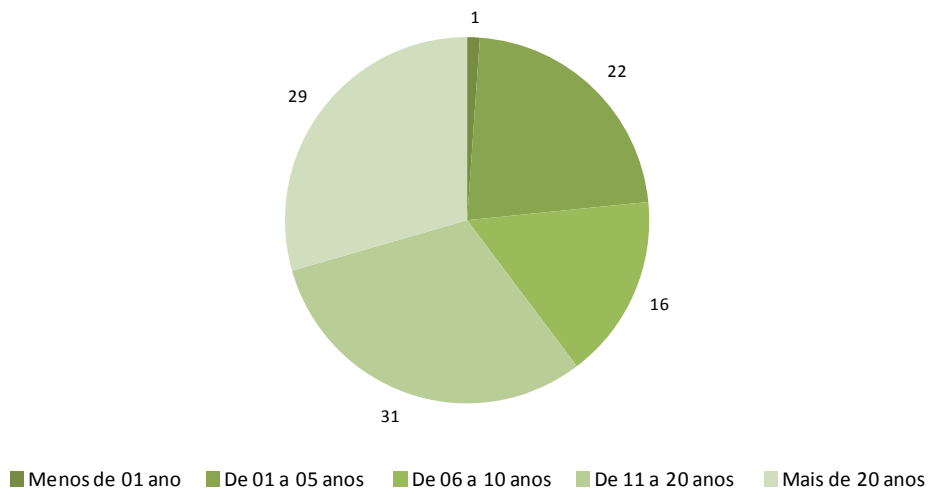
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 5 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PAPILOSCOPISTAS, PERCENTUAL, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

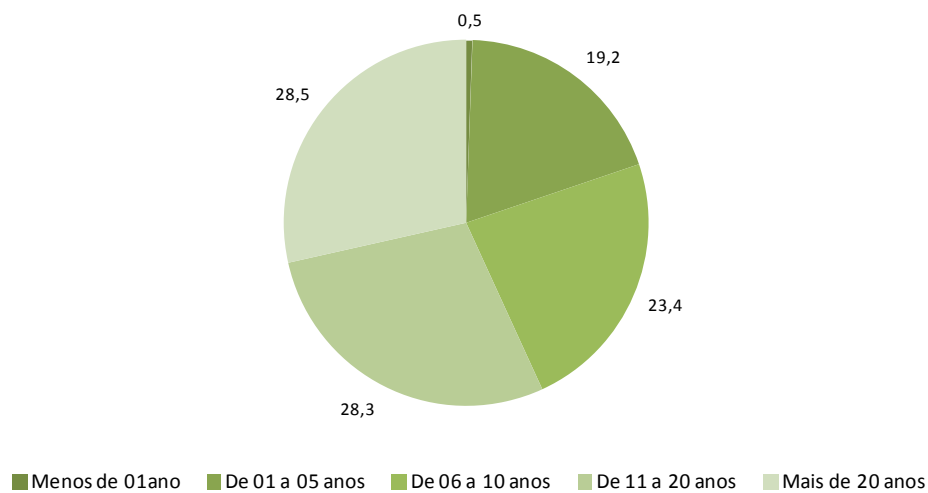
Gráfico 6 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PERITOS CRIMINAIS, PERCENTUAL, BRASIL, 2011



Fonte:

Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

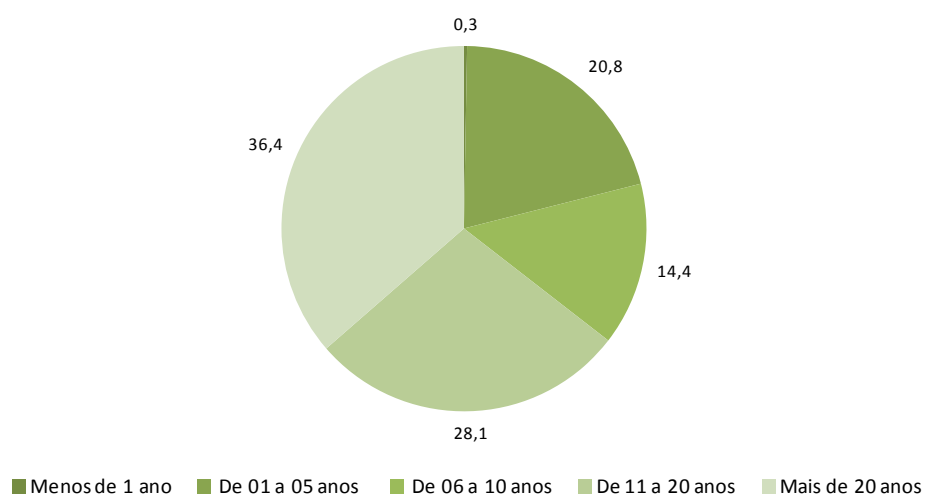
Gráfico 7 - TEMPO DE SERVIÇO DOS MÉDICOS LEGISTAS, PERCENTUAL, BRASIL, 2011



Fonte:

Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

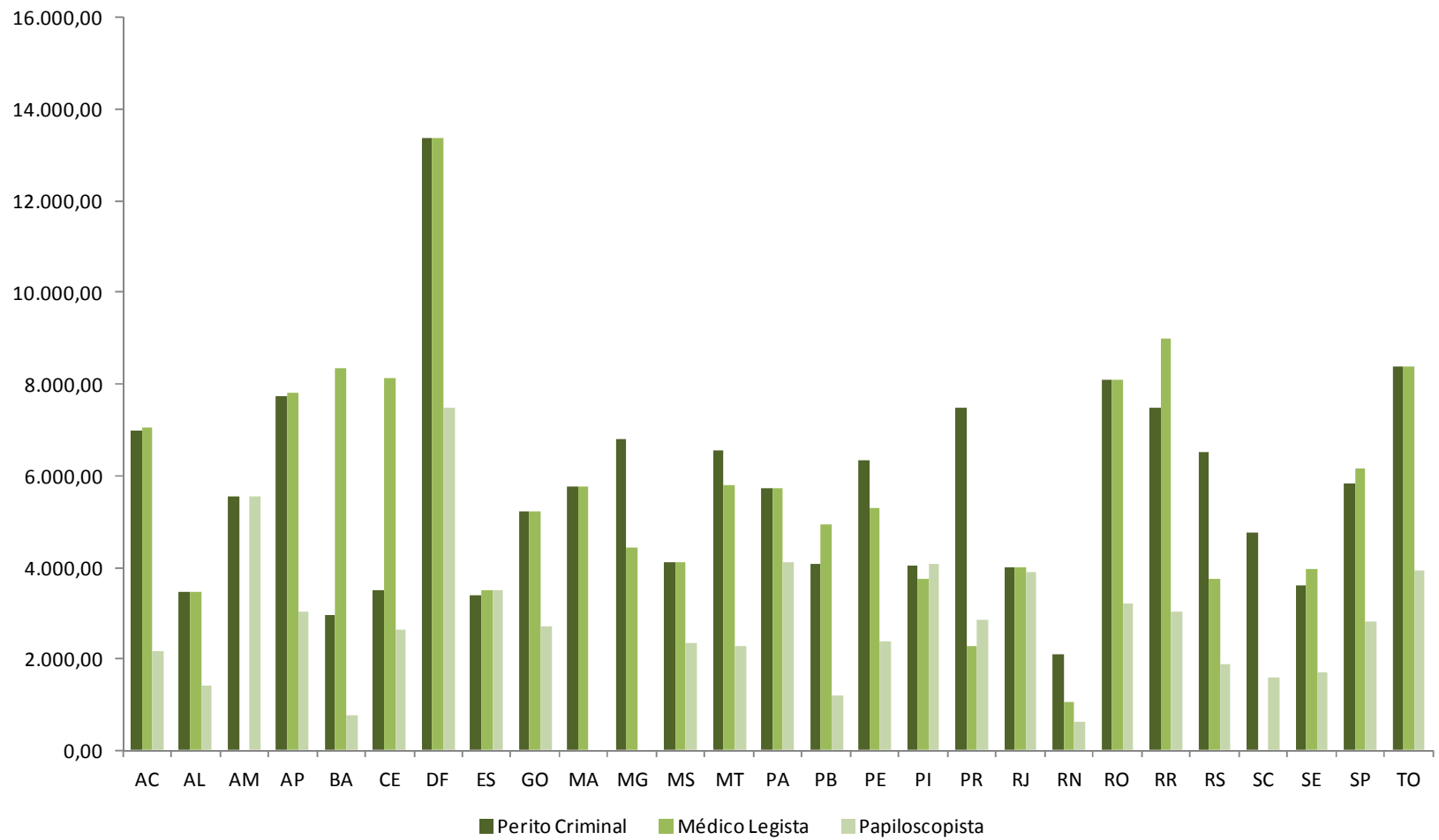
Gráfico 8 - TEMPO DE SERVIÇO DOS PAPILOSCOPISTAS, PERCENTUAL, BRASIL, 2011



Fonte: Secretaria

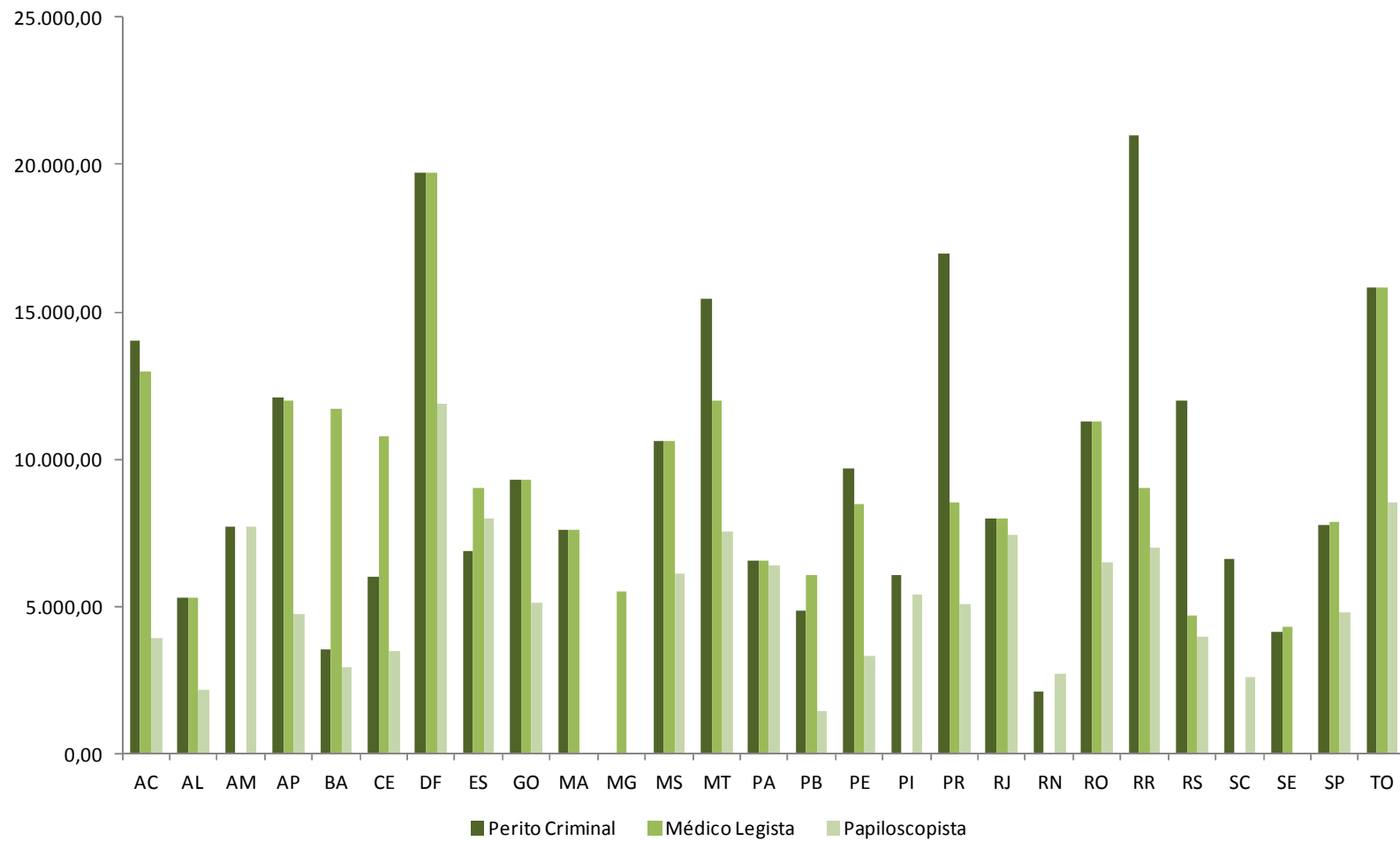
Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 9 - SALÁRIO INICIAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, EM REAIS, POR UF, 2011



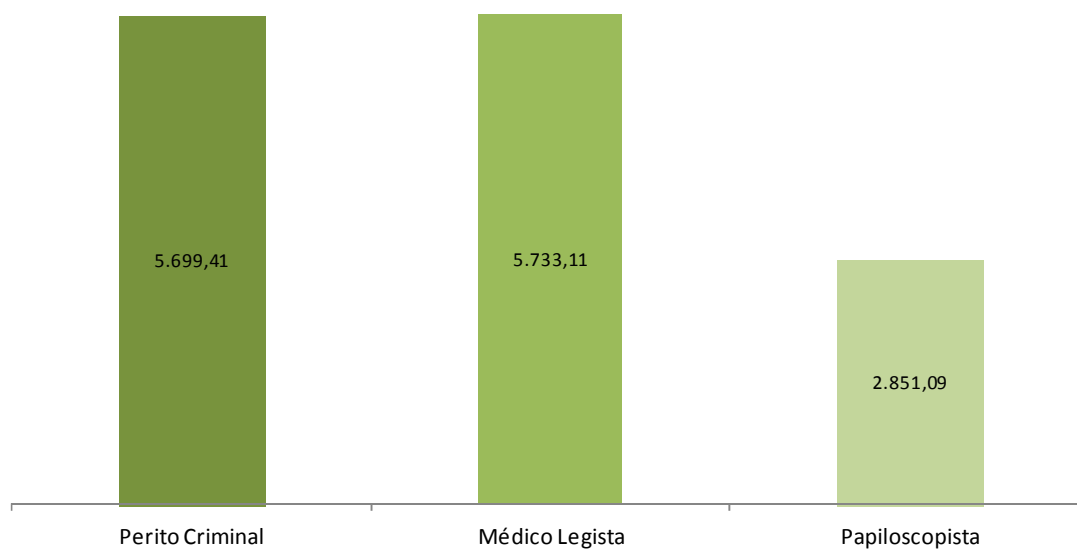
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 10 - SALÁRIO FINAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, EM REAIS, POR UF, 2011



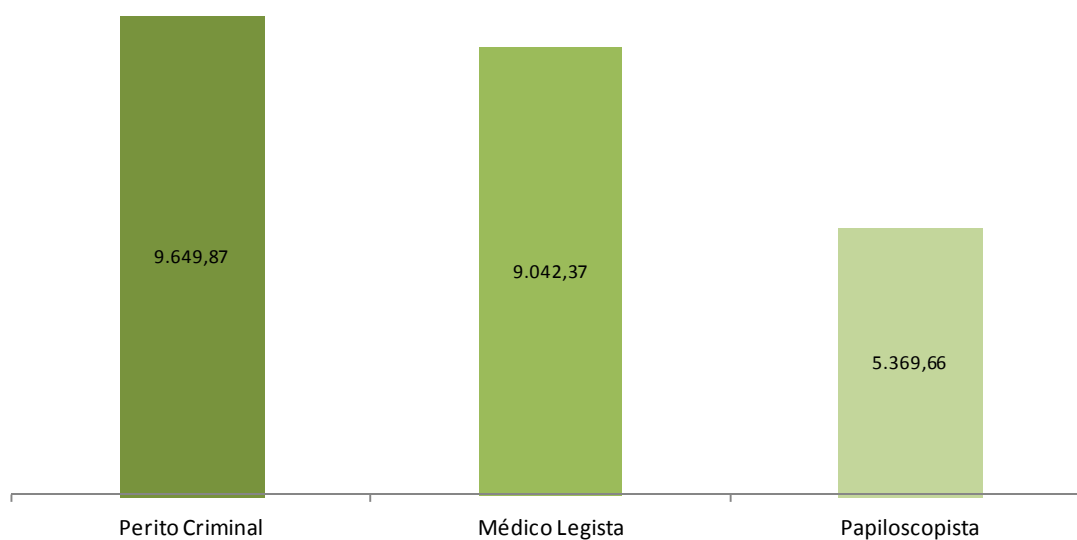
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 11 - SALÁRIO INICIAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, MÉDIA NACIONAL, EM REAIS, 2011



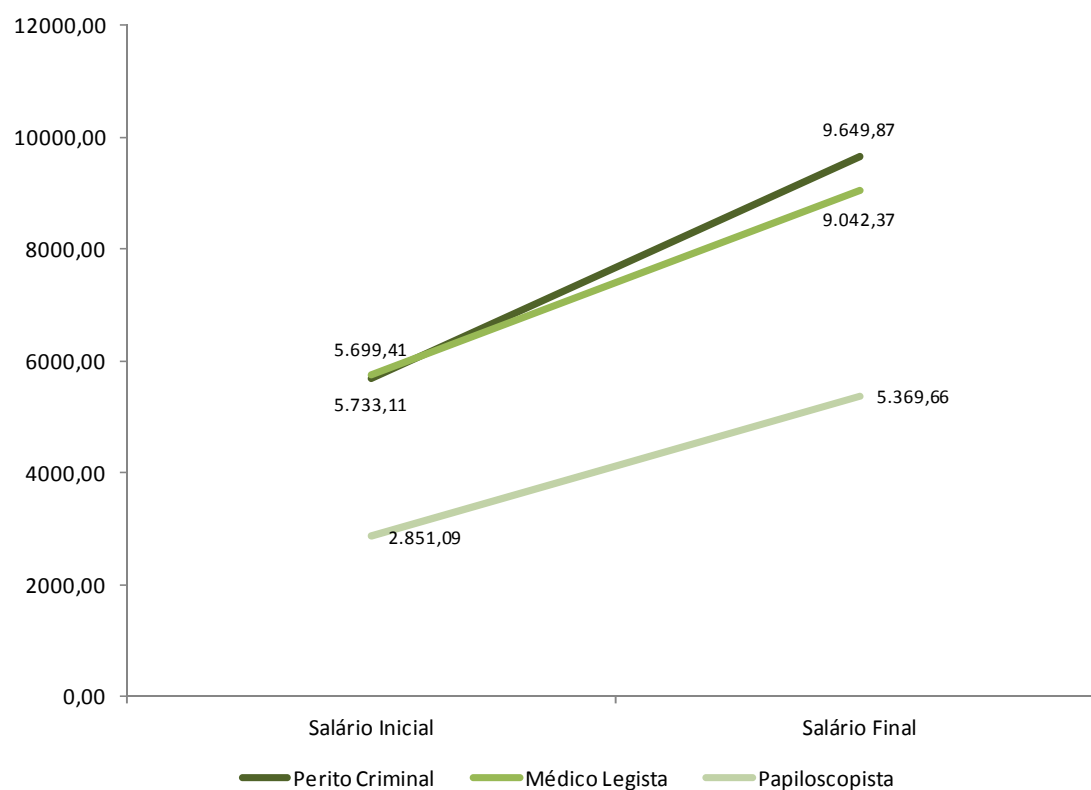
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 12 - SALÁRIO FINAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, MÉDIA NACIONAL, EM REAIS, 2011



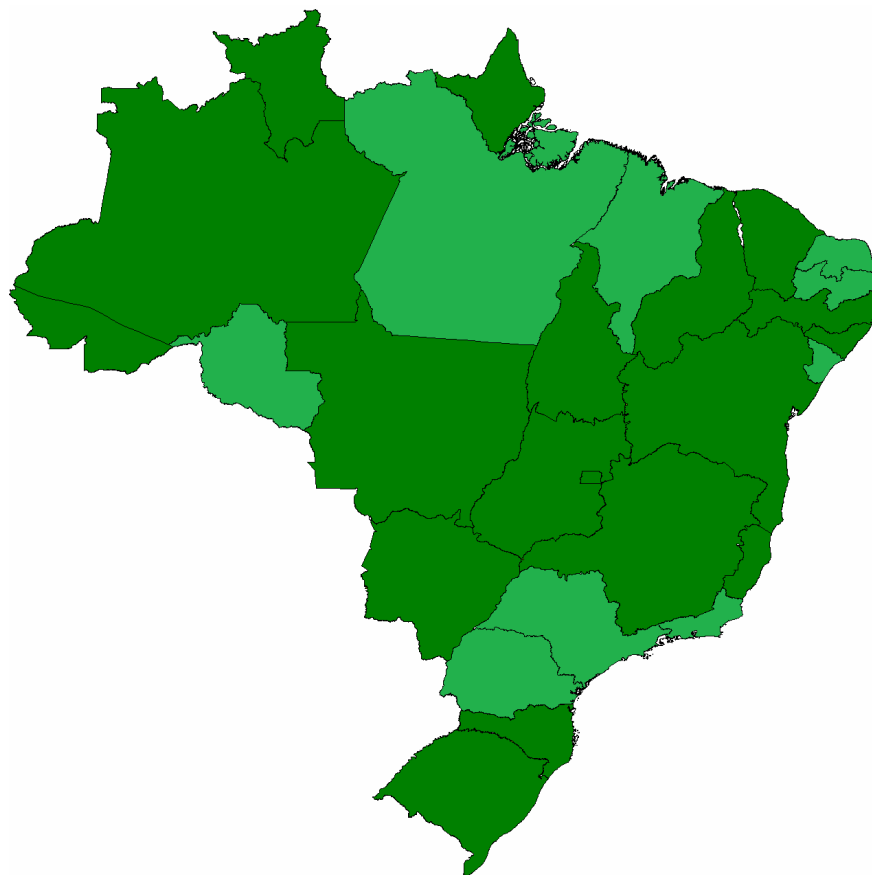
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 13 - EVOLUÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, MÉDIA NACIONAL, EM REAIS, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

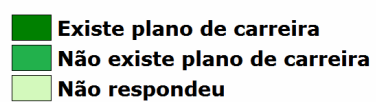
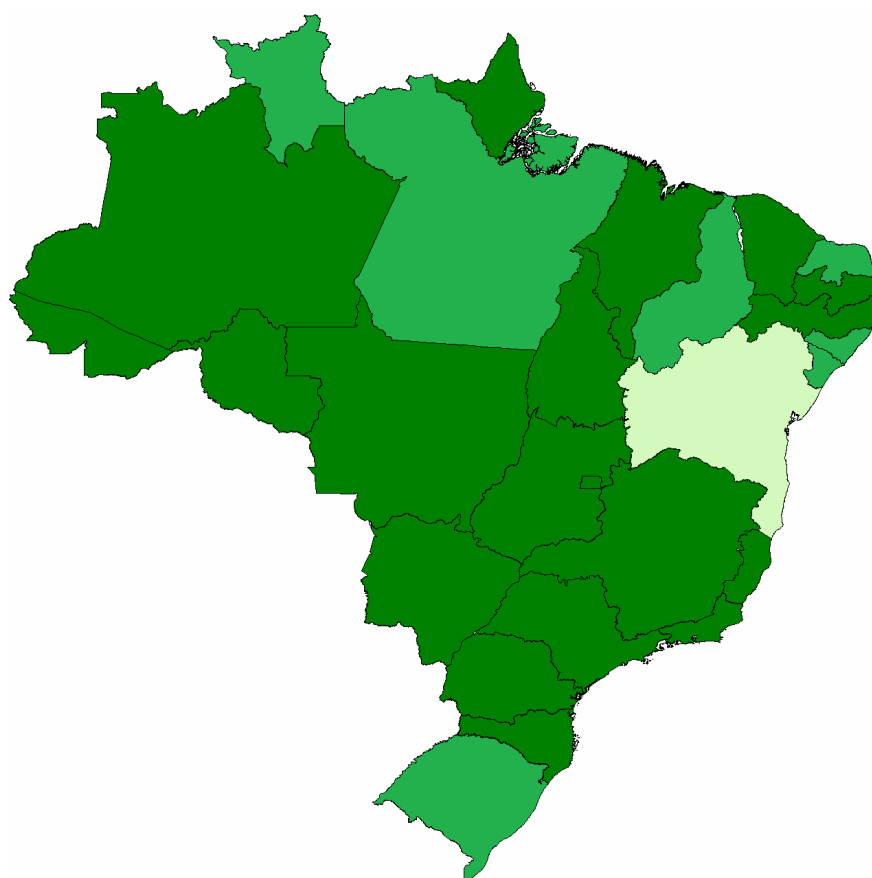
Mapa 15 - EXISTÊNCIA DE PLANO DE CARREIRA PARA PERITOS CRIMINAIS, POR UF, 2011



Existe plano de carreira
Não existe plano de carreira

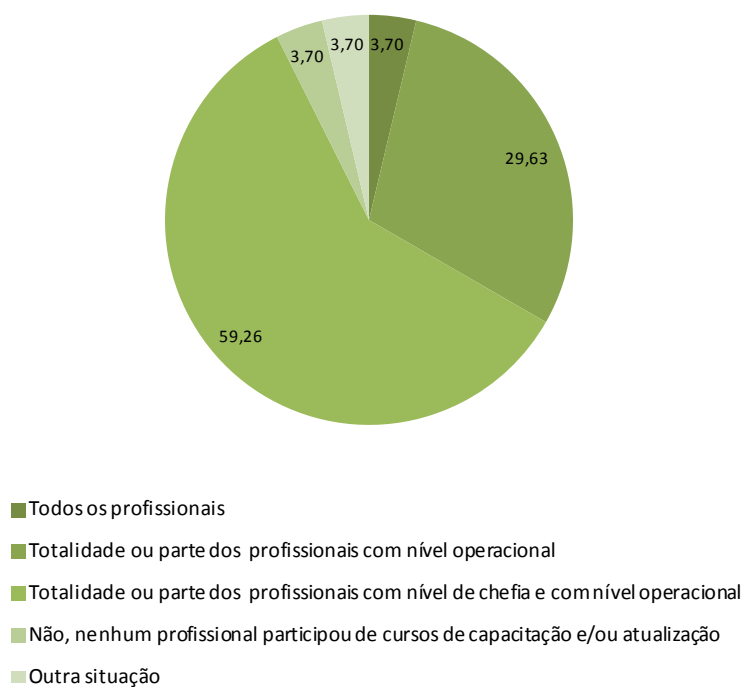
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 16 - EXISTÊNCIA DE PLANO DE CARREIRA PARA MÉDICOS LEGISTAS, POR UF, 2011



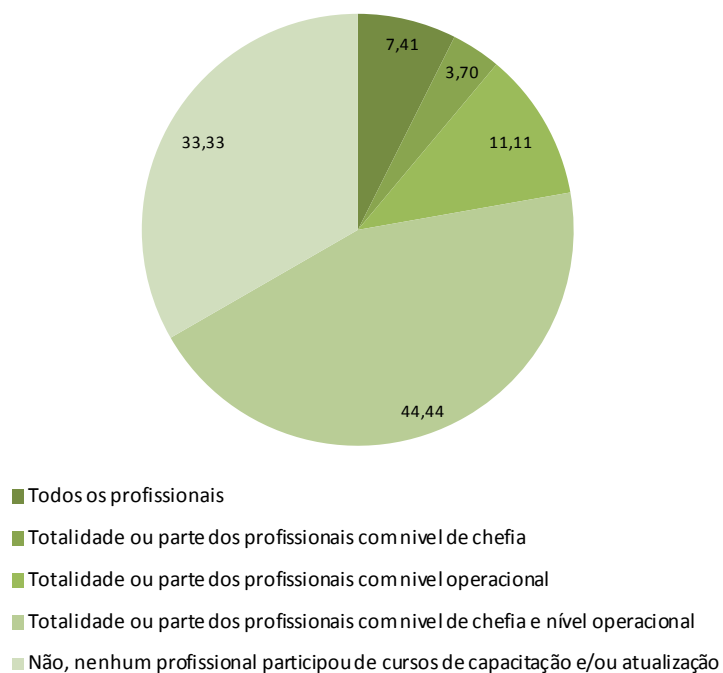
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 14 – PERCENTUAL DE UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



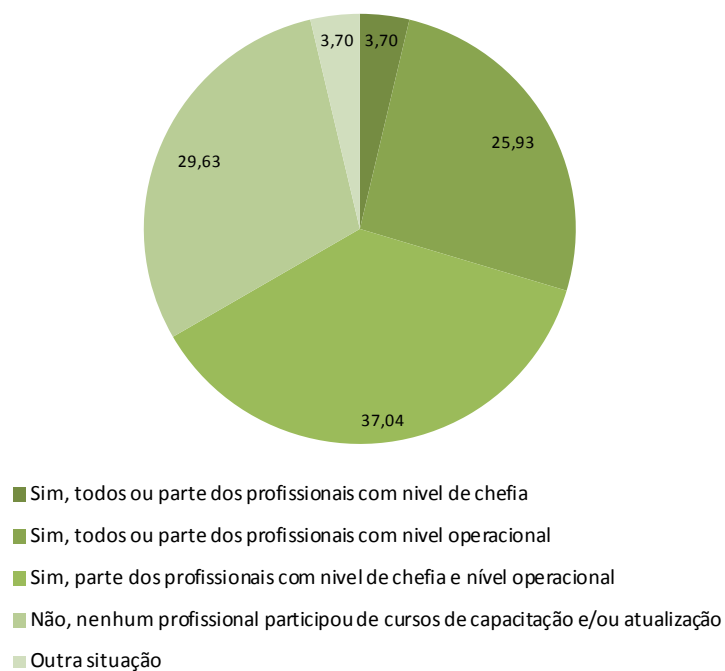
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 15 - PERCENTUAL DE UNIDADES DE MEDICINA LEGAL CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



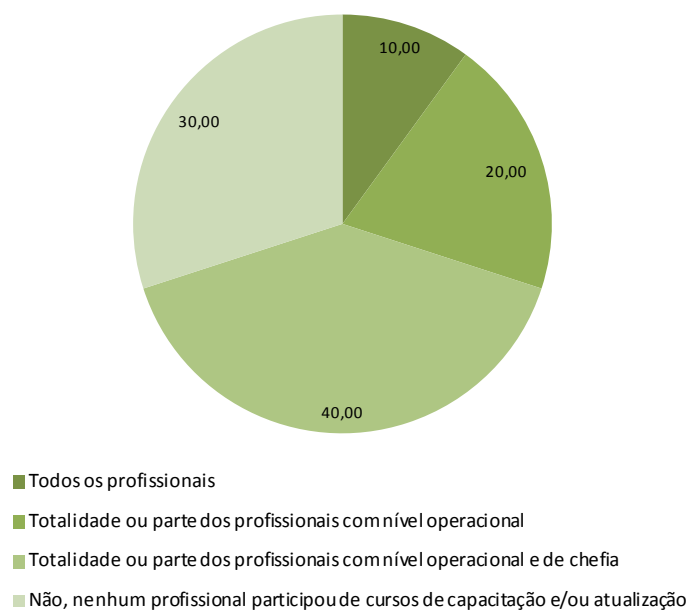
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 16 - PERCENTUAL DE UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



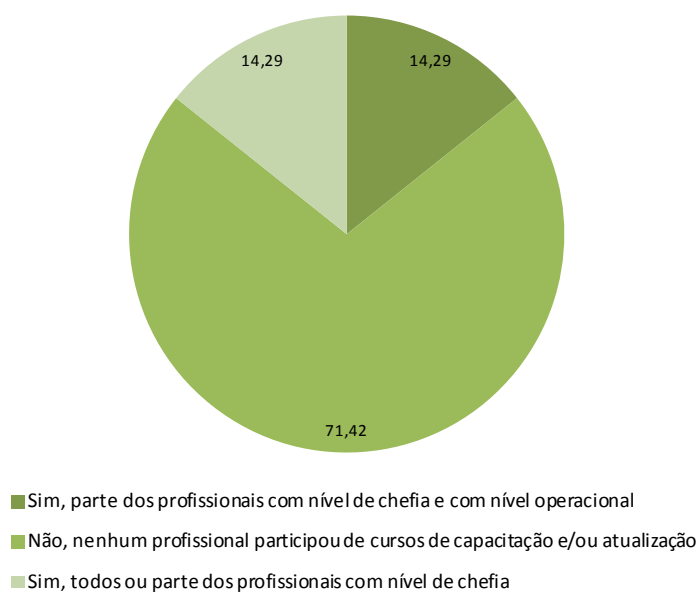
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 17 - PERCENTUAL DE LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



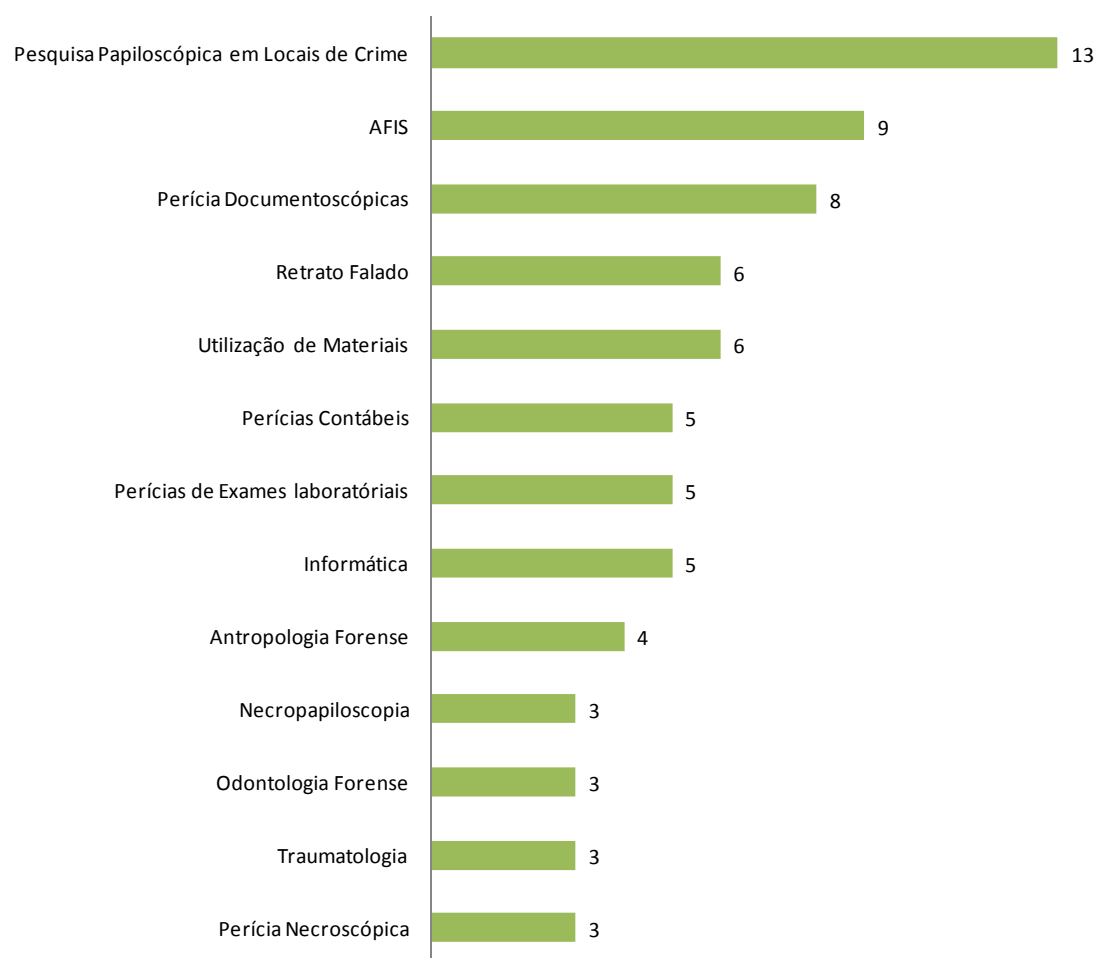
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 18 - PERCENTUAL DE LABORATÓRIOS DE DNA CUJOS PROFISSIONAIS PARTICIPARAM DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 19 - TEMAS MAIS ABORDADOS NOS PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Figura 1 - CAPACITAÇÕES MAIS DEMANDADAS, POR TEMAS, 2011

Criminalística	• Perícia em Locais de Crime • Perícias de Informática • Acidentes de Trânsito
Medicina Legal	• Perícia Necroscópica • Sexologia Forense • Antropologia Forense
Identificação	• Pesquisa Papiloscópica em Locais de Crime • Perícias Necropapiloscópicas • AFIS
Laboratório	• Toxicologia Forense • Genética Forense • Química Forense
DNA	• Genética Forense • Estatística aplicada à genética forense • Atualização PCR tempo real

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

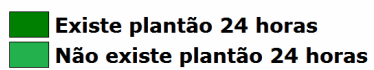
5. FUNCIONAMENTO

Este item apresenta o mapeamento feito acerca da dinâmica de funcionamento dos horários de atendimento pericial das unidades de perícia.

Embora exista plantão 24 horas em quase todas as unidades de Criminalística e de Medicina Legal, isso não ocorre em 9 unidades de Identificação, o que pode indicar que não há atendimento de boa parte das perícias externas ou que ele é insuficiente (Mapas 18 a 20).

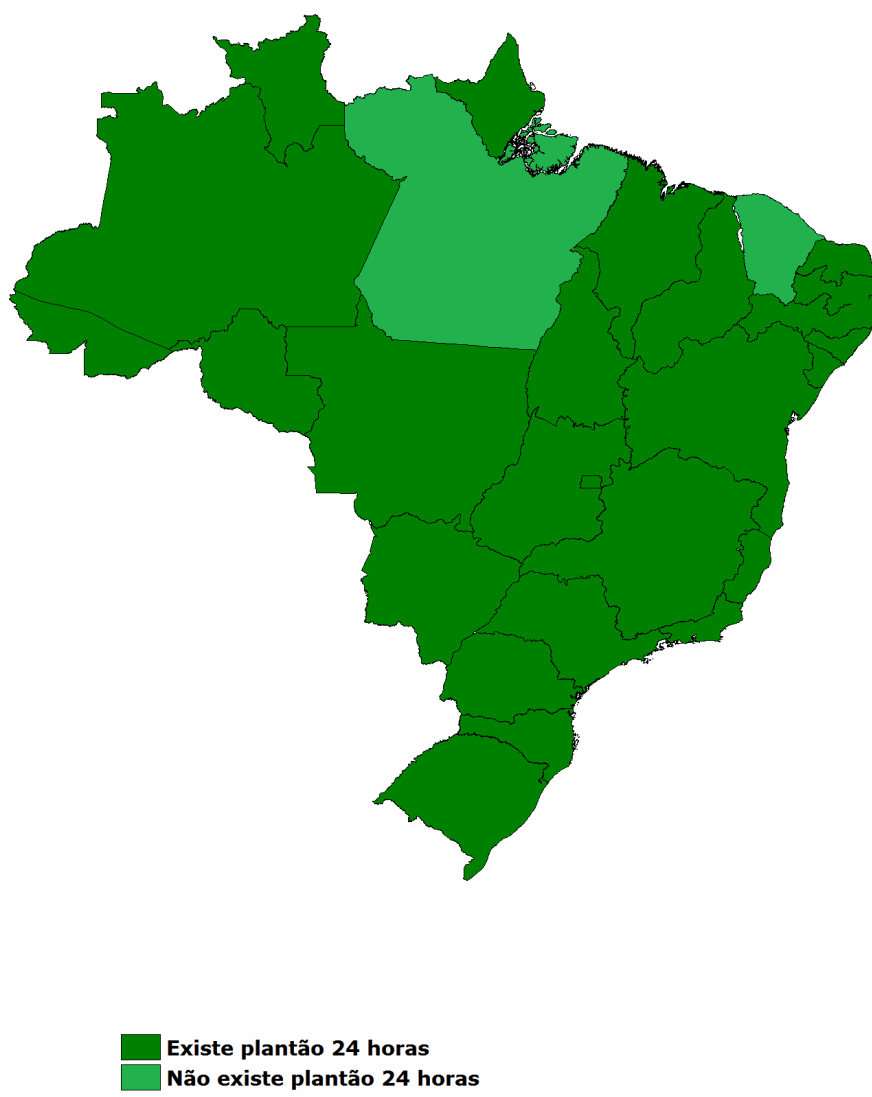
Não há nenhum tipo de padronização entre as UFs das escalas de serviço e do tempo reservado à confecção de laudos. A regra geral é a existência de escalas que implicam 24 horas seguidas de trabalho, o que pode ser prejudicial não apenas à qualidade do trabalho, mas também à qualidade de vida dos profissionais (Gráficos 20 a 22). Não há também padronização do tempo reservado à confecção de laudos (Gráficos 23 e 24).

Mapa 18 – EXISTÊNCIA DE PLANTÃO 24 HORAS NA UNIDADE CENTRAL DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2011



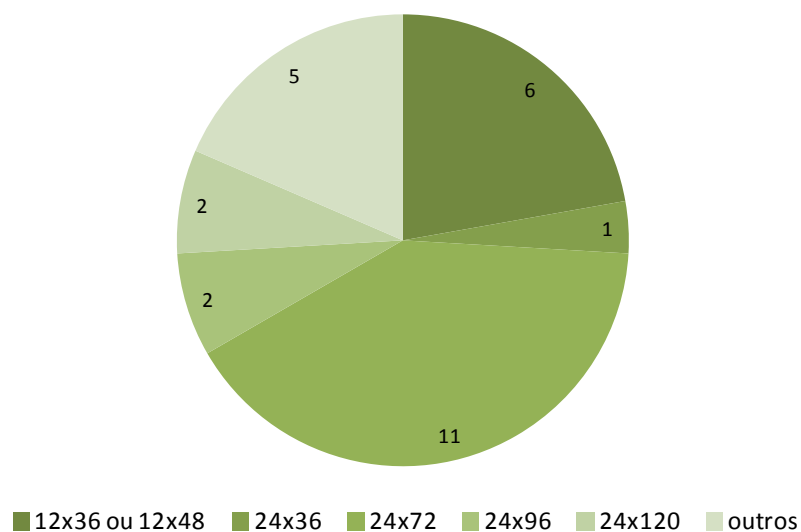
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Mapa 19 – EXISTÊNCIA DE PLANTÃO 24 HORAS NA UNIDADE CENTRAL DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011



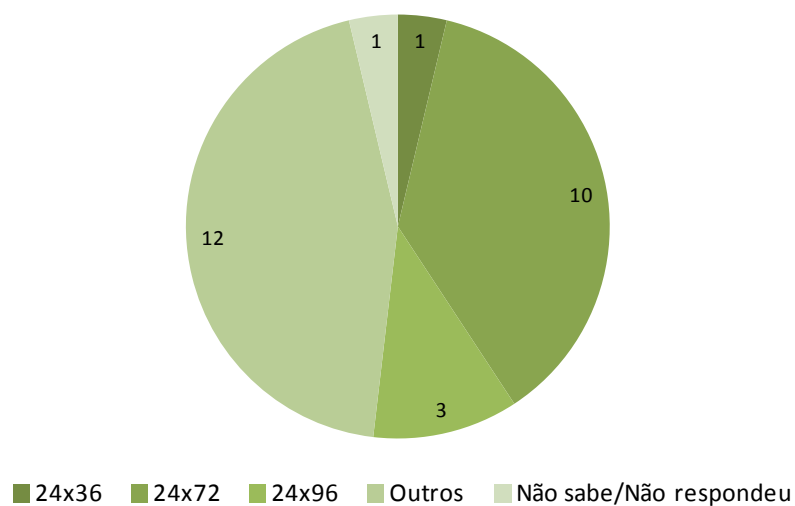
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 20 – TIPOS DE ESCALA DE PLANTÃO NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2011



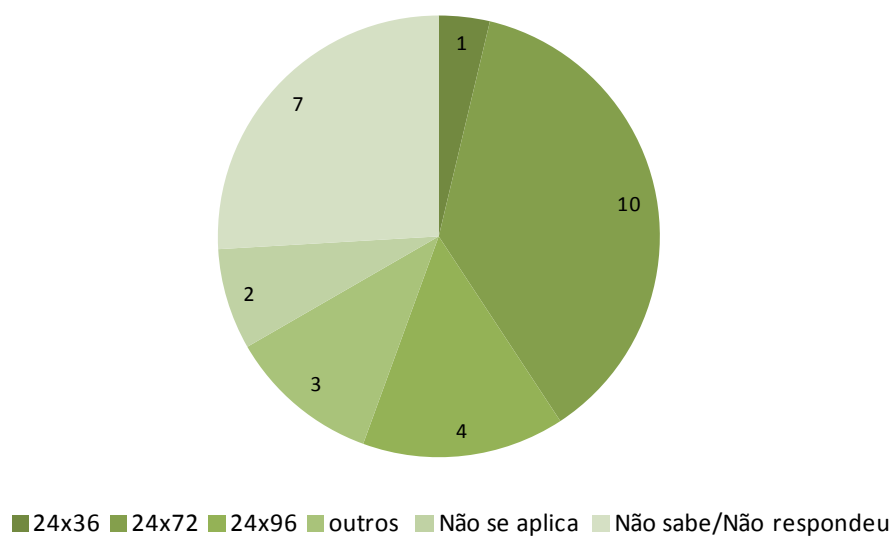
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 21 – TIPOS DE ESCALA DE PLANTÃO NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011



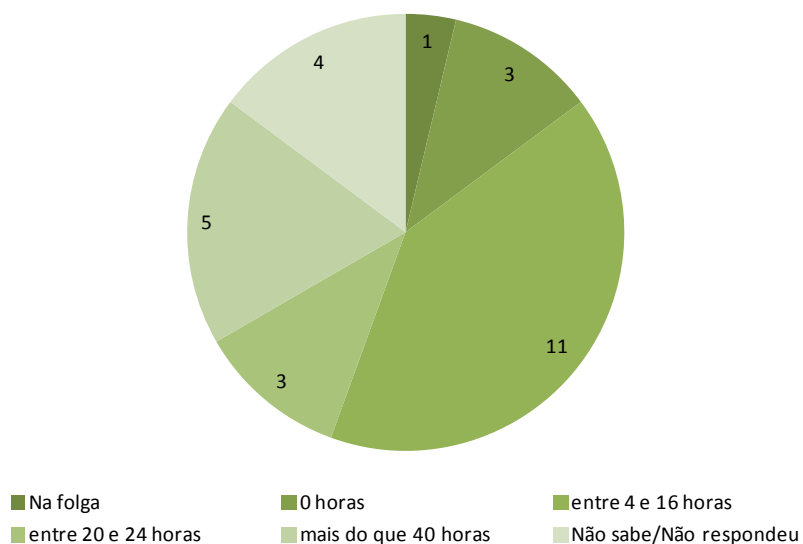
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 22 – TIPOS DE ESCALA DE PLANTÃO NAS UNIDADES CENTRAIS DE IDENTIFICAÇÃO, POR UF, 2011



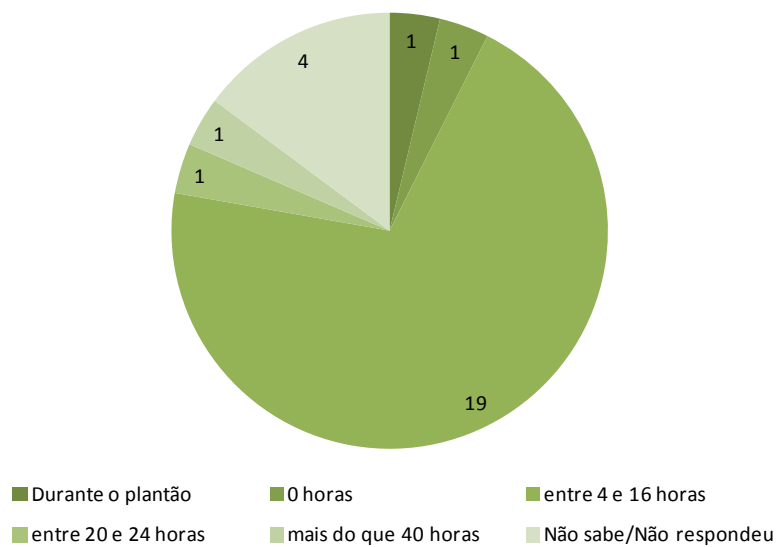
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 23 - TEMPO SEMANAL PARA CONFEÇÃO DE LAUDOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 24 - TEMPO SEMANAL PARA CONFEÇÃO DE LAUDOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

6. PROCESSOS DE TRABALHO

Este item avaliou a realização dos trabalhos periciais no que concerne a aspectos fundamentais como: a cadeia de custódia dos vestígios, a padronização dos procedimentos operacionais e a avaliação interna dos laudos produzidos. Em última análise, são todos elementos fundamentais para assegurar a qualidade do trabalho pericial.

6.1. Cadeia de Custódia

Um dos elementos fundamentais para se compreender os processos de trabalho da atividade pericial é a existência e o funcionamento da cadeia de custódia dos vestígios. Ela é essencial para a validação da prova técnica uma vez que possibilita a rastreabilidade do vestígio, ou seja, assegura o vínculo entre o material periciado e o fato investigado. A cadeia de custódia também possibilita documentar a cronologia da evidência e quem foram os responsáveis por seu manuseio.

O Brasil não tem uma normativa geral sobre cadeia de custódia e o mesmo ocorre na grande maioria dos Estados, que ainda encontram fragilidades na gestão da atividade pericial. Apesar da ausência de normas formalizadas é possível, porém, identificar elementos que demonstram a existência mais ou menos consistente de cadeia de custódia nas atividades periciais.

As tabelas seguintes versam sobre esses elementos e apontam para a fragilidade dos procedimentos pertinentes à custódia dos vestígios na grande maioria das UF's.

Mais da metade das unidades centrais de Criminalística (Tabela 18) de Medicina Legal (Tabela 19) e de Identificação (Tabela 20) responderam que os vestígios não são lacrados quando coletados no local de crime e não são guardados em local seguro e que preserve suas características. Não há também rastreabilidade dos vestígios na maioria dessas unidades. Em conjunto, esses dados apontam para a inexistência de procedimentos de cadeia de custódia na Criminalística. O que funciona, enfim, é tão somente a parte burocrática pertinente ao protocolo de recebimento e encaminhamento dos vestígios dentro das unidades. A exceção diz respeito aos laboratórios de DNA, que por serem mais

recentes e melhor estruturados apontam um pouco mais de robustez nos procedimentos pertinentes à cadeia de custódia, conforme se verifica na Tabela 22.

As unidades centrais de Criminalística e Identificação também foram perguntadas sobre a existência de material adequado para acondicionamento dos vestígios. Somente 5 unidades centrais de Criminalística e 1 de Identificação apontaram que esse material existe sempre.

Tabela 18 – ELEMENTOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, 2012

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
Há registro numérico da evidência no local de crime?	10	17
As evidências são lacradas no local de crime?	10	17
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	20	7
Há local seguro para guarda das evidências?	6	21
O local da guarda preserva as características das evidências?	9	18
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	17	10
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	20
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos peritos?	18	9

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 19 - ELEMENTOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, 2012

Perguntas	Respostas		
	Sim	Não	Não respondeu
Há registro numérico da evidência no local de crime?	4	23	0
As evidências são lacradas no local de crime?	5	22	0
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	16	11	0
Há local seguro para guarda das evidências?	8	19	0
O local da guarda preserva as características das evidências?	9	18	0
O manuseio das evidências é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	12	15	0
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	20	0
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos médicos e odonto legistas?	17	9	1

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 20 - ELEMENTOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NAS UNIDADES CENTRAIS DE IDENTIFICAÇÃO, 2012

Perguntas	Respostas			
	Sim	Não	Não se aplica	Não respondeu
Existe registro numérico da evidência papiloscópica no local de crime?	9	15	1	2
Evidências papiloscópicas são lacradas no local de crime?	7	17	1	2
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências papiloscópicas dentro da Unidade?	15	9	1	2
Há local seguro para guarda das evidências papiloscópicas?	6	18	1	2
Existe o local da guarda para preservar as características das evidências papiloscópicas?	9	15	1	2
O manuseio das evidências papiloscópicas é feito apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	13	11	1	2
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências papiloscópicas (registro formal)?	8	16	1	2
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos papiloscopistas?	16	6	1	4

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 21 - ELEMENTOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, 2012

Pergunta	Respostas				
	Sim	Não	Não respondeu	Não se aplica	Outra situação ¹
Há registro numérico da evidência no local de crime?	0	10	1	0	0
As evidências são lacradas no local de crime?	0	10	1	0	0
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	9	2	0	0	0
Há local seguro para guarda das evidências?	6	5	0	0	0
O local da guarda preserva as características das evidências?	7	4	0	0	0
O manuseio das evidências é feita apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	7	4	0	0	0
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	7	4	0	0	0
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos peritos?	8	0	0	1	2

1. Duas UFs responderam que os peritos conhecem parcialmente os procedimentos da cadeia de custódia.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 22 - ELEMENTOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2012

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
Há registro numérico da evidência no local de crime?	0	6
As evidências são lacradas no local de crime?	0	6
Há protocolo de recebimento e encaminhamento de evidências dentro da Unidade?	3	3
Há local seguro para guarda das evidências?	2	4
O local da guarda preserva as características das evidências?	2	4
O manuseio das evidências é feita apenas por profissionais responsáveis pela cadeia?	4	2
Existe rastreabilidade do manuseio das evidências (registro formal)?	4	2
Os procedimentos da cadeia de custódia são de conhecimento dos peritos?	5	1

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

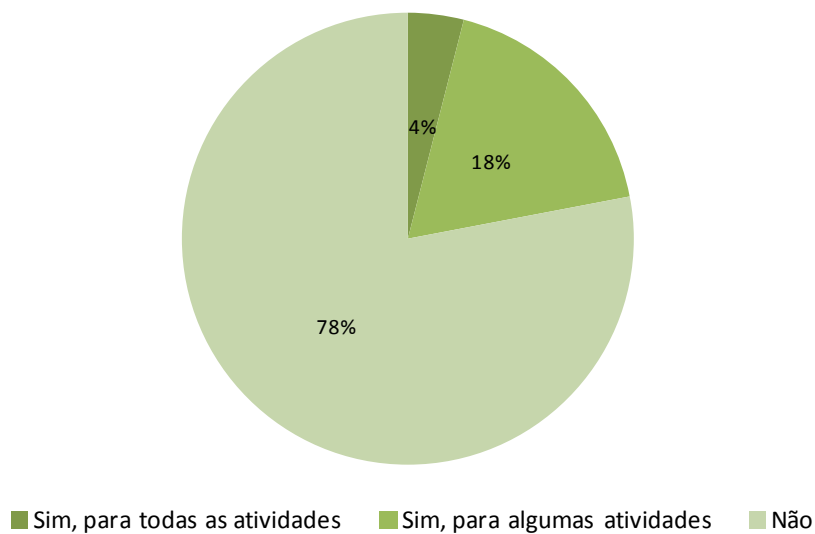
6.2. Padronização de Procedimentos Operacionais

A cadeia de custódia é de extrema importância, mas por si não assegura a qualidade no processamento do vestígio. Para tanto é necessária a padronização dos procedimentos operacionais e a existência de um sistema de aferição da qualidade dos equipamentos utilizados. A padronização de procedimentos determina a forma correta de se realizar um exame e possibilita que eles sejam realizados sempre da mesma forma, ou seja, que possam ser repetidos por diferentes profissionais e cheguem ao mesmo resultado. Para isso, também é necessária a aferição da qualidade dos equipamentos, que assegura a sua precisão. Este último item não foi objeto deste diagnóstico.

Com relação à existência de procedimentos operacionais padronizados, verifica-se nos gráficos a seguir que as unidades centrais de Criminalística, Medicina Legal e Identificação, bem como os Laboratórios autônomos e os Laboratórios de DNA já contam com alguma coisa produzida, seja em relação à coleta de vestígios, seja em relação ao seu processamento.

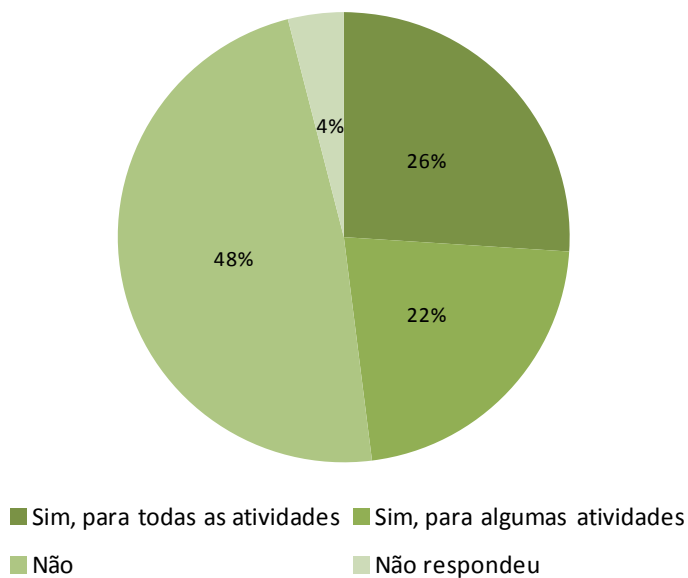
O maior avanço é constatado nos Laboratórios de DNA e supõe-se que isso se dê pelo fato de ser especialidade relativamente nova e que vem sendo implementada nos Estados com a participação de uma rede nacional de peritos, o que auxilia que os procedimentos desenvolvidos em uma UF seja socializado com as demais.

Gráfico 25 – PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, 2012



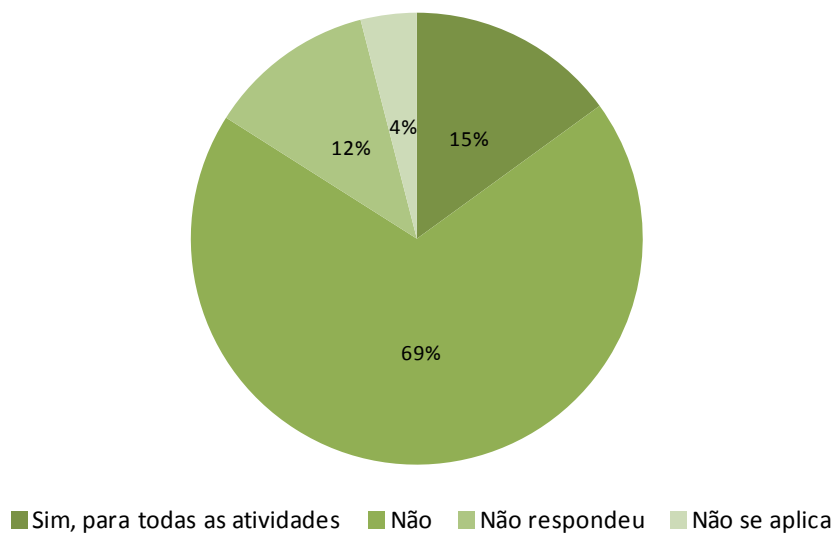
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 26 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, 2012



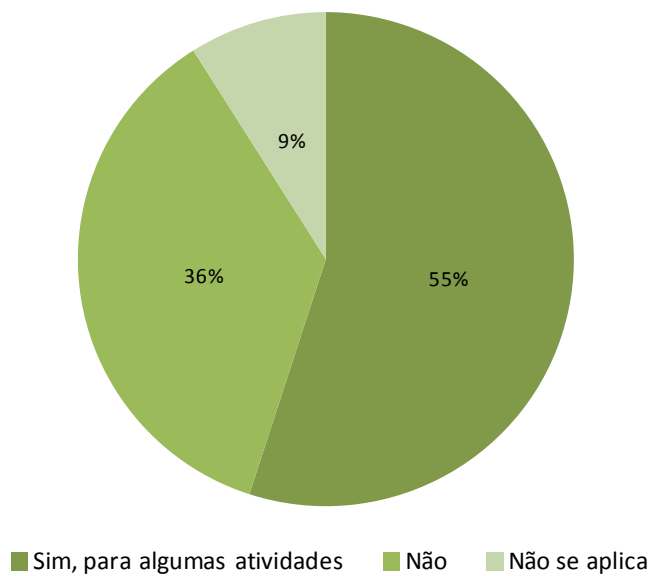
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 27 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE IDENTIFICAÇÃO, 2012



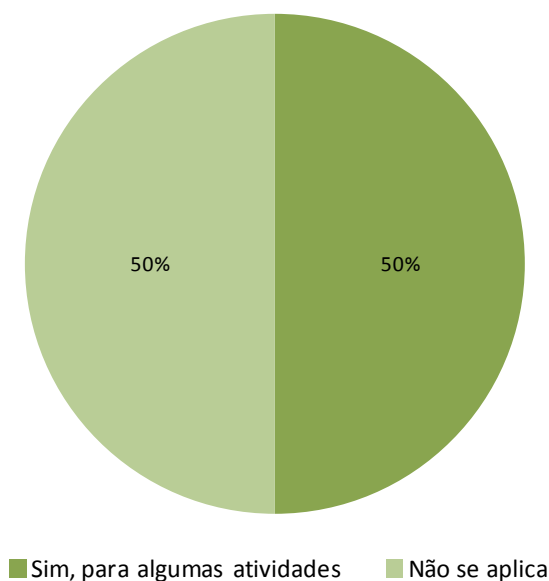
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 28 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, 2012



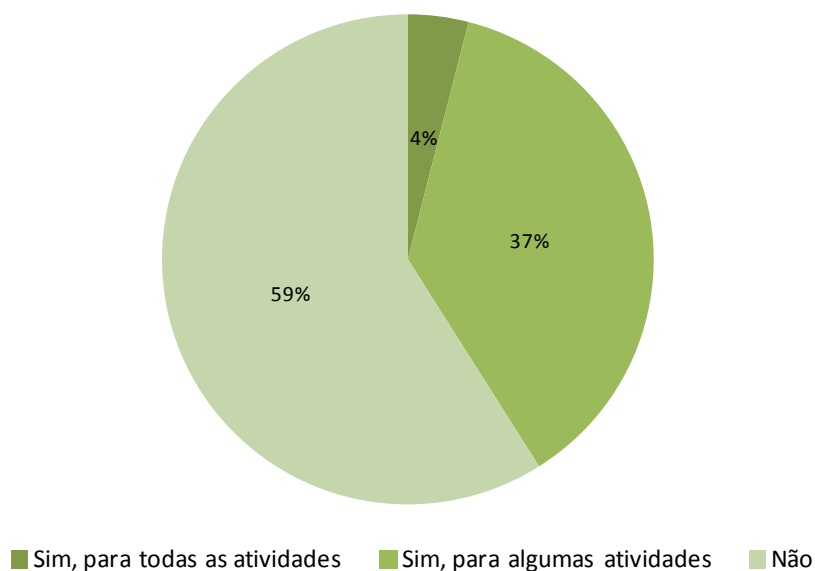
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 29 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE COLETA DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2012



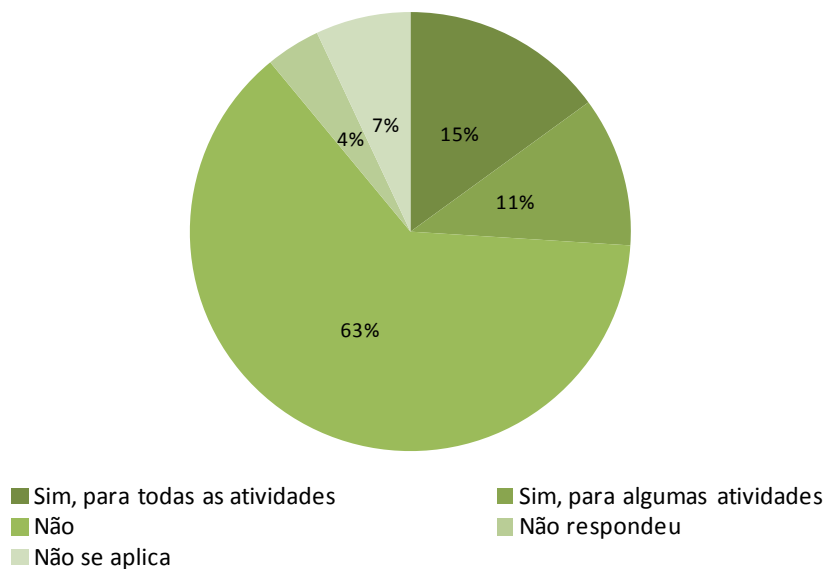
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 30 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE CRIMINALÍSTICA, 2012



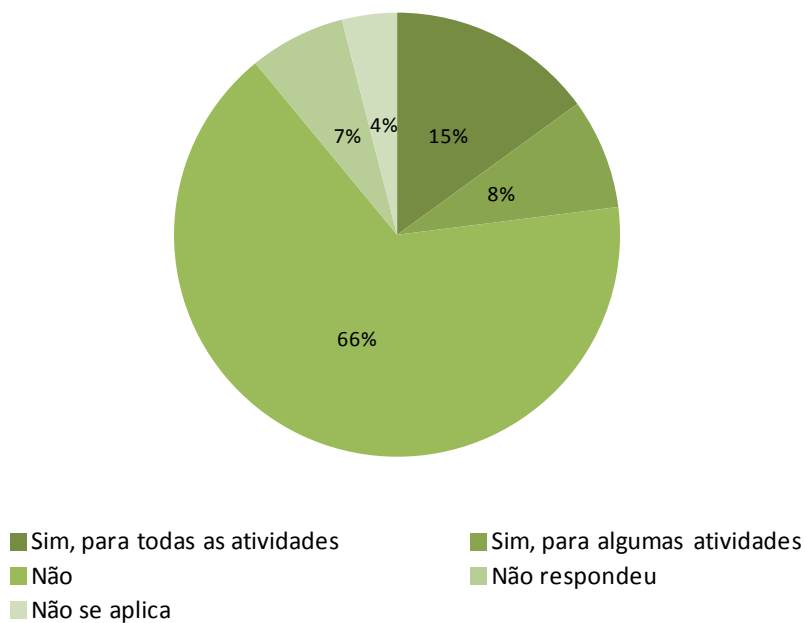
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 31 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES CENTRAIS DE MEDICINA LEGAL, 2012



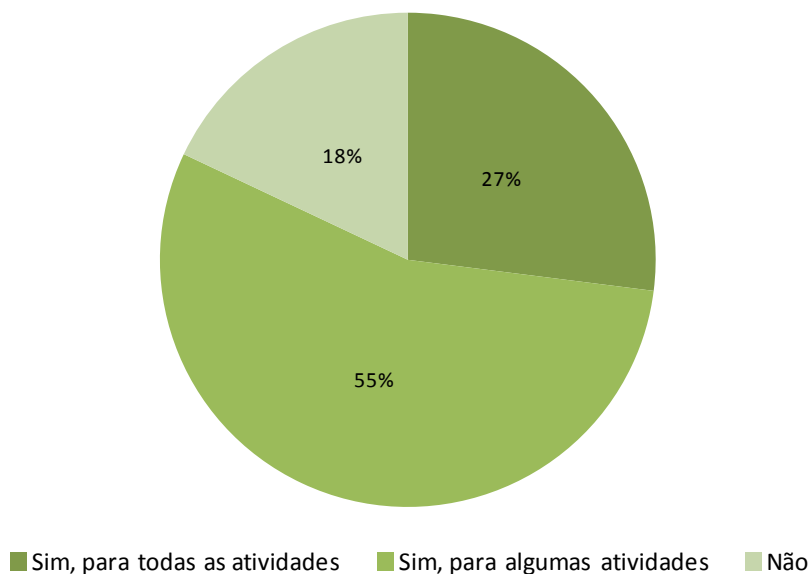
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 32 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, 2012



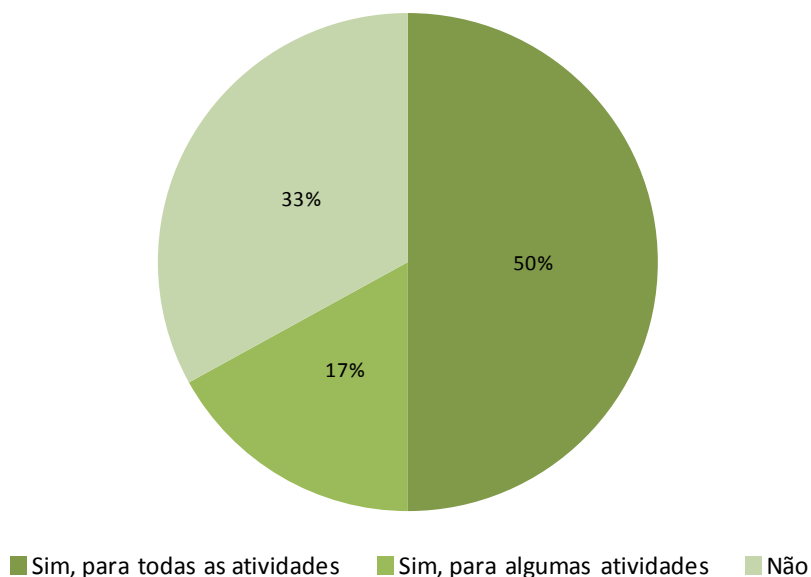
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 33 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 34 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE VESTÍGIOS NOS LABORATÓRIOS DE DNA, 2012



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

6.3. Avaliação Interna dos Laudos

A avaliação interna dos laudos periciais é um item importante para assegurar sua qualidade, uma vez que é executada por meio de um processo de revisão em que os próprios profissionais de perícia repassam o trabalho sistematizado por seus colegas, visando identificar eventuais incorreções. As visitas feitas às unidades de perícia identificaram que não há na maioria das UFs a rotina de avaliação dos laudos com critérios de qualidade. Grande parte das unidades avaliavam somente os aspectos formais.

As respostas às questões sobre o tema apontam no mesmo sentido e sugerem um sistema frágil de controle interno de qualidade, conforme se percebe nas tabelas seguintes. Constata-se que as unidades de Identificação e os Laboratórios de DNA são as que tem sistema de avaliação de qualidade de laudos mais estruturado e que abarca mais da metade dos laudos produzidos. As unidades de Medicina Legal, por sua vez, são as que apresentam maior fragilidade na avaliação da qualidade dos laudos.

Tabela 23 - EXISTÊNCIA DE MECANISMO DE AVALIAÇÃO INTERNA DA QUALIDADE DOS LAUDOS PERICIAIS, 2012

Área	SIM		NÃO	
	unidades	percentual	unidades	percentual
Criminalística	15	55,56	12	44,44
Medicina Legal	13	48,15	14	51,85
Identificação	22	81,48	5	18,52
Laboratórios autônomos	8	72,73	3	27,27
Laboratórios de DNA	5	83,33	1	16,67

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 24 - RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO INTERNA DA QUALIDADE DOS LAUDOS, PERCENTUAL, 2012

Responsável	Criminalística	Medicina Legal	Identificação	Laboratório Autônomo	Laboratório de DNA
Segundo Perito	7%	0	30%	9%	83% ¹
Chefe Imediato	15%	15%	7%	18%	
Perito Revisor	11%	15%	11%	0	0
Outra Situação	22%	15%	33%	46%	0
Não se Aplica	45%	55%	19%	27%	17%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

1. Estão somadas as UFs em que a revisão é feita apenas pelo segundo perito, apenas pelo chefe imediato ou por ambos.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 25 - QUANTIDADE DE LAUDOS AVALIADOS, PERCENTUAL, 2012

Quantidade	Criminalística	Medicina Legal	Identificação	Laboratório Autônomo	Laboratório de DNA
Todos os Laudos	11%	15%	63%	46%	83%
Por Amostragem	18%	22%	11%	9%	0
Outra Situação	26%	11%	7%	18%	0
Não se Aplica	41%	4%	19%	27%	17%
Não Respondeu	4%	48%	0	0	0
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

7. PRODUTIVIDADE

Um dos aspectos fundamentais para compreender a atividade pericial no país diz respeito à sua capacidade de atender às demandas. Esta parte do trabalho buscou aferir a produtividade das unidades de perícia. Para tanto, buscou-se levantar dados atinentes às requisições que são recebidas pelas unidades de perícia, à quantidade de exames periciais efetivamente realizados e à quantidade de laudos expedidos.

Cabem aqui algumas observações importantes para a compreensão dos dados que serão apresentados a seguir:

- ✓ Nem todo exame pericial realizado tem seus resultados consolidados no documento “laudo”. É comum a prática das unidades de perícia realizarem exames e registrarem em “rascunhos” seus resultados, só produzindo o laudo oficial quando ele é oficialmente solicitado pelas autoridades competentes. Isso ocorre tanto pelo excesso de demanda e pela falta de tempo para produção dos laudos (conforme constatado nos Gráficos 23 e 24) quanto pelo fato de que nem sempre um exame realizado se refere a uma investigação em andamento (às vezes não houve elementos suficientes para instauração de um inquérito, por exemplo, mas os vestígios coletados sobre o crime puderam ser processados);

- ✓ Seja pelo tamanho da demanda, seja pela natureza da atividade pericial, que pode envolver a realização de exames complexos e demorados, existe um lapso entre a requisição da perícia, sua realização e a confecção do laudo que faz com que as estatísticas de produtividade não se refiram necessariamente ao ano em que foram coletadas. Assim, em 2012 as unidades de perícia estão processando exames e finalizando laudos tanto de crimes que ocorreram em 2012 como de crimes de anos anteriores. Ou seja: medir o fluxo de entrada e saída de casos não é uma operação simples porque envolve bases de anos distintos.

- ✓ Como apresentado no início deste trabalho, a grande maioria das unidades de perícia não trabalha com sistemas de gestão informatizados, de modo que os dados sobre produtividade coletados nem sempre são seguros. Isso é um dos fatores que explica a dificuldade da Senasp em obter informações sobre produtividade (a pergunta precisou ser

reformulada e reencaminhada e ainda assim muita coisa não foi respondida) e aponta para a necessidade de relativização dos dados coletados.

✓ Por fim, é importante registrar que nem sempre uma requisição se refere a um exame. Geralmente uma requisição se relaciona a mais de um procedimento, de modo que, pelo menos em tese, o número de exames realizados e laudos confeccionados tenderia a ser maior do que o número de requisições se houvesse capacidade de atendimento de todas as demandas.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, os dados a seguir serão apresentados na seguinte sequência: a) dados sobre o que foi produzido em 2011, por tipo de laudo/atividade; b) dados gerais sobre demandas recebidas e atendidas em 2011; e c) dados sobre exames geralmente pertinentes aos crimes violentos (local de crime, balística e autópsia).

7.1. Produção em 2011

Os dados gerais sobre a produção das unidades de Criminalística do país em 2011 apontam que a maior produção foi de laudos de local de crime que correspondem a 29,6% do total quando juntados local de crime contra a pessoa e contra o patrimônio (Tabela 26). Essa atividade é feita pela equipe de perícia de local de crime, que fica de plantão para poder comparecer aos locais de crime e que corresponde, conforme a tabela 17, a cerca de 31,7% do total de peritos criminais do país. Na sequência estão os laudos de química forense e balística, que correspondem, respectivamente, a 15,79% e 14,05% do total de laudos produzidos pelas unidades de Criminalística das UFs em 2011.

Na Medicina Legal, a maioria dos laudos expedidos em 2011, cerca de 64,41%, dizem respeito a exames de lesão corporal (Tabela 27). Nos Institutos de Identificação as principais atividades foram a emissão de carteiras de identidade e a expedição de atestados de antecedentes criminais, ou seja, atividades que não são propriamente periciais (Tabela 28).

Tabela 26 – PERCENTUAL DE LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Informática	Química Forense	Local de Crime contra a pessoa	Local de Crime contra o patrimônio	Acidente de Trânsito	Balística	Caracterização Física de Materiais ⁴	Genética Forense	Perícias Externas	Papiloscopia	Outros Laudos	TOTAL
AC	0,75	*	1,81	42,12	29,12	12,42	**	0,00	*	*	13,79	100,00
AL	0,47	32,97	30,07	8,39	2,00	20,66	1,49	*	*	*	3,96	100,00
AM	6,72	**	3,48	31,35	1,53	17,13	12,82	0,92	*	*	26,05	100,00
AP	0,17	**	3,26	17,69	12,76	9,70	**	**	*	*	56,42	100,00
BA	0,55	**	10,20	18,44	2,47	30,08	**	0,00	*	*	38,26	100,00
CE	4,39	0,00	17,40	26,32	14,89	28,65	0,00	0,00	*	*	8,34	100,00
DF	0,08	22,39	3,55	9,91	11,55	10,84	**	**	*	*	41,68	100,00
ES ¹	1,19	55,87	6,10	2,47	1,56	22,78	0,30	*	*	*	9,72	100,00
GO	1,75	49,93	2,11	6,66	1,30	10,70	2,30	0,31	*	3,89	21,05	100,00
MA	**	**	8,39	**	21,53	42,28	**	**	*	*	27,80	100,00
MG	1,82	39,02	3,40	8,23	6,27	15,65	3,77	0,42	*	*	21,41	100,00
MS ^{2 5}	2,80	0,00	*	*	*	5,85	2,57	***	13,23	*	75,54	100,00
MT ⁶	0,72	*	5,64	22,08	5,37	16,81	*	*	*	1,50	47,88	100,00
PA	1,25	3,06	7,89	11,11	0,05	16,99	0,75	0,29	*	*	58,62	100,00
PB	1,05	0,00	6,41	9,28	3,21	9,09	0,00	0,00	*	1,43	69,53	100,00
PE	3,65	38,76	7,88	8,36	18,44	20,27	**	*	*	*	2,64	100,00
PI	0,54	22,35	2,27	8,58	12,21	0,87	32,76	0,00	*	*	20,42	100,00
PR	4,28	8,69	7,96	6,63	9,96	34,84	*	0,92	*	*	26,72	100,00
RJ	*	23,06	15,44	0,00	0,00	12,34	**	0,00	*	*	49,16	100,00
RN	1,31	**	**	**	**	56,84	**	**	*	*	41,86	100,00
RO	0,69	*	3,43	30,70	26,91	0,31	**	0,00	*	*	37,96	100,00
RR	0,37	15,53	2,61	32,08	27,71	3,71	7,59	0,65	*	*	9,74	100,00
RS	1,23	0,39	8,33	10,44	3,88	41,34	**	**	*	*	34,39	100,00
SC	0,97	**	5,11	13,07	1,06	16,69	4,86	**	*	0,65	57,59	100,00
SE	0,00	30,00	8,75	11,25	3,75	32,50	0,00	0,00	*	*	13,75	100,00
SP ³	0,71	3,61	10,96	41,16	23,76	8,22	0,07	0,11	*	*	11,41	100,00
TO	4,42	**	16,12	**	**	34,74	**	**	*	*	44,72	100,00
TOTAL	1,31	15,79	7,68	21,92	12,94	14,05	1,51	0,19	0,22	0,17	24,22	100,00

1. Laudos de incêndio estão computados na coluna local de crime contra o patrimônio.

2. Estão computados somente os laudos expedidos na Capital e na Região Metropolitana, uma vez que no interior não há controle da expedição de laudos por tipo.

3. O número de laudos de local de crime contra a pessoa e contra o patrimônio inclui exames de peças relacionadas a esses crimes.

4. Exames em Objetos

5. Os laudos de local de crime contra a pessoa, contra o patrimônio e os de acidente de trânsito não são registrados separadamente. Todos estão agrupados na coluna "Perícias Externas".

6. Os laudos tipificados como "impressão de pele" foram considerados na coluna papiloscopia.

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 27 - PERCENTUAL DE LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Lesão Corporal	Lesão Corporal Ad Cautelar	Necroscópicos	Cadavéricos	Exumação	Ossada	Sexológicos	Ato Libidinoso	Exames cíveis	Embraguez	Toxicológicos	Psiquiátricos	Psicológicos	Outros laudos	Total Geral
AC	32,96	57,24	3,31	0,34	0,04	0,04	2,85	1,94	0,01	*	*	1,28	*	0,00	100,00
AL	77,59	**	20,84	1,22	0,02	0,06	**	0,21	**	0,07	**	**	**	0,00	100,00
AM ¹	81,96	**	6,68	3,62	**	0,03	4,40	**	**	**	**	3,30	0,01	0,00	100,00
AP ²	74,57	**	0,00	0,76	**	**	2,76	3,68	**	0,70	8,51	0,00	0,96	8,07	100,00
BA ³	30,75	**	5,46	0,92	**	0,09	1,11	0,27	0,02	0,40	0,06	0,01	0,00	60,91	100,00
CE	46,18	9,35	39,91	0,80	0,01	0,02	1,61	1,27	0,53	0,25	0,00	0,08	0,00	0,00	100,00
DF	36,66	41,09	3,92	1,96	0,01	*	*	2,66	0,01	2,10	10,41	0,84	0,34	0,00	100,00
ES	76,37	0,00	9,75	1,42	0,02	**	3,78	**	4,37	0,57	3,72	**	**	0,00	100,00
GO	28,80	44,05	12,57	1,19	0,03	0,11	5,14	3,46	4,44	0,10	0,01	0,03	0,05	0,00	100,00
MA	90,46	**	7,73	0,50	0,05	**	0,85	0,08	**	0,28	0,05	**	**	0,00	100,00
MG	67,91	*	15,85	**	0,09	0,18	3,07	2,14	**	3,71	3,70	1,27	**	2,08	100,00
MS ⁴ 5	82,93	**	10,20	**	**	**	6,87	**	**	**	*	*	*	0,00	100,00
MT ⁵	86,93	**	8,12	*	0,01	0,02	1,99	*	*	0,50	0,78	0,54	*	1,12	100,00
PA	79,12	**	11,05	0,36	**	**	4,51	4,96	**	**	**	**	**	0,00	100,00
PB	72,68	*	18,97	*	0,01	0,07	3,96	0,52	*	0,53	2,50	*	*	0,75	100,00
PE	84,18	**	7,52	2,83	**	**	4,97	0,06	**	0,23	0,20	**	**	0,00	100,00
PI	87,37	**	12,08	**	0,09	**	**	**	**	0,47	**	**	**	0,00	100,00
PR	21,11	**	4,37	0,41	**	**	20,89	19,51	**	4,89	28,75	0,06	**	0,00	100,00
RJ ⁷	18,52	7,23	11,89	**	**	0,02	0,57	0,10	**	**	2,40	0,02	**	59,25	100,00
RN	55,31	**	28,24	0,12	0,02	0,09	6,25	2,92	**	2,70	**	1,55	2,79	0,00	100,00
RO	82,88	3,75	4,14	0,06	0,00	0,00	3,84	1,48	1,80	1,97	*	0,08	**	0,00	100,00
RR ⁸	74,59	19,36	3,49	1,84	*	0,01	*	0,01	*	0,01	0,01	0,00	0,00	0,68	100,00
RS	68,01	12,67	6,30	2,48	0,03	0,03	4,49	**	0,00	1,60	0,90	1,54	0,08	1,87	100,00
SC ⁹	80,61	0,00	6,42	0,12	0,03	0,02	4,07	1,17	0,00	0,00	7,55	0,00	0,00	0,00	100,00
SE	64,09	15,52	16,50	**	0,08	**	3,66	0,16	**	**	**	**	**	0,00	100,00
SP ¹⁰	46,87	34,20	6,76	1,04	0,02	0,02	2,79	*	*	2,40	5,83	0,07	**	0,00	100,00
TO	48,87	23,72	6,93	1,97	0,02	0,03	4,20	2,86	*	0,63	0,60	*	4,16	6,02	100,00
Total	49,71	14,70	9,29	0,88	0,02	0,03	4,99	2,99	0,22	1,81	6,46	0,34	0,07	8,51	100,00

1. Os laudos de sanidade, classificados pelo Estado como complementares, estão computados em conjunto com os laudos psiquiátricos.

2. Os laudos classificados pelo Estado como Conjunção Carnal estão computados em conjunto com os laudos sexológicos.

3. Os dados desagregados por tipo de laudo são somente os da capital. Os dados da região metropolitana e do interior estão agregados e foram computados na coluna "outros laudos".

4. O Estado não disponibiliza de forma separada os laudos de Lesão Corporal Ad Cautelar, Cadavéricos, Exumação, Ossada, Ato Libidinoso, exames Cíveis e Embraguez. Esses exames estão incluídos em outros exames similares de mesmo grupo.

5. Os laudos cadavéricos foram informados pelo Estado em conjunto com os necroscópicos.

6. O Estado incluiu os laudos sexológicos realizados no interior no total de exames de lesão. Os laudos de Ato Libidinoso estão agregados aos laudos Sexológicos.

7. Os dados sobre necropsia incluem morte natural e violentas.

8. A coluna "lesões corporais" inclui os chamados "exames complementares".

9. Os laudos de Embraguez estão computados em conjunto com os laudos toxicológicos.

10. Os laudos necroscópicos incluem casos de morte violenta e causa indeterminada. Os cadavéricos incluem as mortes que se presume serem de causa natural e cujos exames são demandados pelo Serviço de Verificação de Óbito.

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 28 – ATIVIDADES EXECUTADAS PELAS UNIDADES DE IDENTIFICAÇÃO, PERCENTUAL, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Carteiras de Identidade	Folha de Antecedentes Criminais	Atestado de Antecedentes Criminais	Laudos Papiloscópicos (ID; Palmar e Plantar)	Laudos Necropapiloscópicos	Retrato Falado, Rejuvenescimento e Envelhecimento	Informação Técnica	Outros	Total
AC ¹	47,53	6,85	44,22	0,12	0,01	0,01	**	1,26	100,00
AL	90,08	4,09	2,68	0,01	0,00	0,00	0,01	3,13	100,00
AM	83,80	4,95	11,18	0,03	0,00	0,02	0,00	0,00	100,00
AP	34,01	27,01	13,31	24,61	0,03	1,02	0,00	0,01	100,00
BA	99,90	*	*	0,05	**	*	*	0,05	100,00
CE	31,01	34,49	34,49	0,00	0,00	**	0,00	0,00	100,00
DF	97,03	0,16	0,00	1,23	1,25	0,33	**	0,00	100,00
ES	92,07	7,69	**	0,14	0,05	0,05	*	0,00	100,00
GO	91,18	4,64	3,10	0,13	0,72	0,05	0,19	0,00	100,00
MA	82,73	1,89	15,38	*	*	*	0,00	0,00	100,00
MG	61,87	1,05	36,78	0,11	*	*	*	0,18	100,00
MS	86,25	7,75	4,70	0,99	0,09	0,02	0,20	0,00	100,00
MT	73,91	13,29	11,47	**	**	**	1,33	0,00	100,00
PA	80,82	**	19,10	0,02	**	0,06	**	0,00	100,00
PB	100,00	**	**	**	**	**	*	0,00	100,00
PE	78,37	5,65	11,97	3,65	0,19	0,02	0,15	0,00	100,00
PI	80,17	9,72	9,72	0,23	0,01	**	0,16	0,00	100,00
PR ¹	78,54	*	21,07	0,23	0,05	0,01	0,06	0,05	100,00
RJ ¹	*	33,98	59,79	0,38	4,51	0,00	0,05	1,30	100,00
RN	51,15	34,82	13,88	0,01	0,14	**	0,00	0,00	100,00
RO	77,55	17,92	3,55	0,11	0,01	0,03	0,84	0,00	100,00
RR	63,27	**	31,93	0,61	1,25	0,19	2,74	0,00	100,00
RS	55,18	**	43,92	0,02	0,02	**	0,57	0,30	100,00
SC	98,57	**	**	1,03	0,02	0,07	0,30	0,00	100,00
SE	48,98	42,66	8,34	0,00	0,01	**	0,01	0,00	100,00
SP	43,85	12,85	10,45	22,17	0,13	*	10,55	0,00	100,00
TO ²	82,86	8,64	7,50	0,19	0,74	0,03	0,03	0,00	100,00
Total	58,24	9,67	16,77	10,24	0,16	0,01	4,84	0,07	100,00

1. Laudos informados como perícia em local de crime estão computados na coluna Outros

2. Dados de Identificação de Serviço de Verificação de Óbito - SVO estão computados na coluna Laudo Necropapiloscópico.

* Não se aplica.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 29 - QUANTIDADE DE LAUDOS EXPEDIDOS PELOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, POR UF, 2011

UF	Total
AC	2.739
AP	3.395
BA	24.411
CE	**
MS	5.171
MT	10.248
PB	5.313
RN	3.624
RO	6.199
RS	**
SC	16.237
Total	77.337

** Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 30 - QUANTIDADE DE LAUDOS EXPEDIDOS PELOS LABORATÓRIOS DE DNA, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	DNA	Exame de Paternidade	Outro	Total
DF	205	205	*	410
ES	60	0	*	60
MT	54	*	413	467
RJ	234	*	*	234
RO	3	*	*	3
TO	16	*	*	16
Total	572	205	413	1.190

* Não se aplica

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

7.2. Demandas recebidas e atendidas em 2011

As informações coletadas sobre o atendimento em 2011 de requisições feitas no mesmo ano sugerem um panorama geral de alta capacidade de atendimento das demandas. Dentre as 17 UFs que conseguiram fornecer dados sobre demandas e produção em 2011 nas unidades de Criminalística, a média geral foi de 73,93% de atendimento (Gráfico 35). Dentre as 16 UFs que forneceram os dados pertinentes às unidades de Medicina Legal, a média foi de 92,6% de atendimento em 2011 das demandas do mesmo ano (Gráfico 36).

A Senasp levantou também informações específicas sobre os exames geralmente pertinentes à investigação de crimes violentos, como as necropsias, os exames de local de crime e os exames de arma de fogo. Estes últimos se dividem essencialmente em exames de eficiência, que visam aferir se arma funciona ou não, e confronto, que visam aferir se determinado projétil foi ou não disparado por determinada arma.

De todos os exames supramencionados, chamou a atenção o baixo índice de atendimento da demanda de realização de exames de confronto balístico. Dentre as 17 UFs que forneceram dados sobre demanda e produção, a média de atendimento foi de apenas 44,43% (Gráfico 38). Esse dado é especialmente importante uma vez que este exame pode ser determinante da autoria de um crime, já que determina qual a arma responsável pelo disparo. Essa baixa produtividade dos exames de confronto balístico em 2011 pode ser creditada à baixa quantidade dos equipamentos necessários à realização do exame (fundamentalmente o microcomparador balístico) e ao baixo número de peritos alocados nesta função (cerca de 15,52% do total de peritos criminais, conforme Tabela 17).

Em 2011 a Senasp investiu na aquisição direta de microcomparadores que foram transferidos para todas as UFs e na capacitação de peritos de balística. Essa área é considerada uma das prioritárias para o trabalho da Secretaria e sua evolução nos Estados vai ser monitorada no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro.

Tabela 31 - REQUISIÇÕES RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA- CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UF	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
AC	**	**
AL	4.697	780
AM	17.482	7.679
AP	4.083	4.083
BA ²	27.134	18.994
CE	9.827	6.295
DF	**	**
ES	27.769	**
GO	43.554	30.043
MA	7.937	6.337
MG	63.844	60.218
MS	21.383	**
MT	14.361	**
PA	29.326	26.958
PB	22.158	**
PE	9.779	7.288
PI	7.071	4.843
PR	8.992	6.294
RJ	**	**
RN	5.104	5.104
RO	29.142	17.385
RR	3.601	3.601
RS	**	**
SC	**	**
SE	4.900	4.500
SP	450.592	282.169
TO	**	**
Total	812.736	492.571

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

2. Dados referentes somente ao Interior uma vez que não foi possível obter resposta da Capital.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 35 – PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 32 - REQUISIÇÕES RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS PELAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL- CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UF	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
AC	**	**
AL ²	12.174	**
AM	**	**
AP	**	**
BA ³	38.735	27.115
CE	47.265	46.665
DF	**	**
ES	32.772	32.772
GO	38.841	33.015
MA	18.526	18.526
MG	96.850	**
MS	23.627	23.627
MT	32.706	15.203
PA	39.807	35.811
PB	18.287	17.982
PE	48.907	48.907
PI	**	**
PR	58.009	57.533
RJ	**	**
RN	13.832	13.832
RO	24.309	24.309
RR	8.549	8.592
RS	**	**
SC	**	**
SE	10.633	10.374
SP	520.305	501.679
TO	**	**
Total	1.084.134	915.942

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

2. Dados pertinentes somente ao IML de Maceió.

3. Dados referentes somente ao Interior uma vez que não foi possível obter resposta da Capital.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 36 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 33 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE EFICIÊNCIA BALÍSTICA RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UF	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
AC	**	**
AL	**	**
AM	1.862	1.075
AP	293	276
BA	9.707	5.827
CE	2.135	1.861
DF	**	**
ES	3.031	2.905
GO	1.228	1.208
MA	414	289
MG	2.516	2.486
MS	**	**
MT	**	**
PA	3.853	3.853
PB	**	**
PE	2.748	2.699
PI	691	667
PR	8.348	5.843
RJ	**	**
RN	**	**
RO	1.307	1.307
RR	138	138
RS	**	**
SC	**	**
SE	1.300	1.150
SP	8.470	8.254
TO	1.216	**
Total	49.257	39.838

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 37 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE EFICIÊNCIA BALÍSTICA DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 34 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

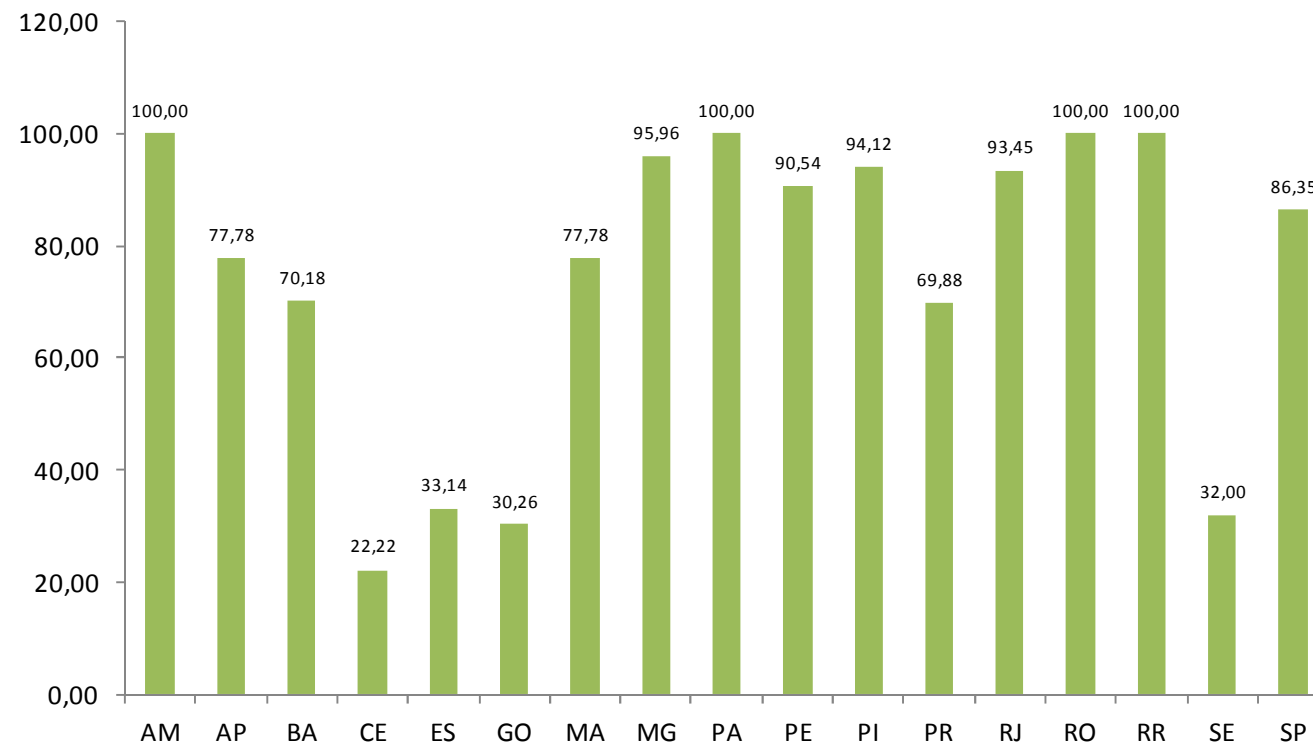
UF	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
AC	**	**
AL	**	**
AM	5	5
AP	27	21
BA	399	280
CE	171	38
DF	**	**
ES	516	171
GO	380	115
MA	144	112
MG	569	546
MS	**	**
MT	**	**
PA	192	192
PB	**	**
PE	296	268
PI	34	32
PR	644	450
RJ	168	157
RN	**	**
RO	58	58
RR	3	3
RS	**	**
SC	**	**
SE	250	80
SP	718	620
TO	418	**
Total	4.992	3.148

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 38 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE CONFRONTO BALÍSTICO DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 35 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE LOCAL DE CRIME VIOLENTO RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UF	Requisições Recebidas em 2011 ¹	Laudos Expedidos de casos de 2011
AC	**	**
AL	1.560	**
AM	730	388
AP	135	78
BA	3.724	2.690
CE	1.890	955
DF	**	**
ES	2.160	**
GO	2.202	846
MA	2.183	1.528
MG	733	612
MS	1.311	**
MT	810	**
PA	1.557	1.557
PB	**	**
PE	1.222	1.193
PI	290	99
PR	6.055	4.238
RJ	**	**
RN	2.419	2.419
RO	305	305
RR	116	116
RS	**	**
SC	**	**
SE	750	550
SP	144.041	**
TO	**	**
Total	174.193	17.574

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 39 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE LOCAL DE CRIMES VIOLENTOS DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 36 - REQUISIÇÕES DE EXAME DE NECROPSIA RECEBIDAS E LAUDOS EXPEDIDOS - CASOS DE 2011, POR UF, 2011

UF	Requisições Recebidas em 2011 ^{1 2}	Laudos Expedidos de casos de 2011
AC	**	**
AL	2.395	**
AM	**	**
AP	**	**
BA	7.110	4.700
CE	2.813	2.643
DF	3.165	3.165
ES ³	2.670	2.670
GO	2.290	2.275
MA	991	693
MG	11.431	**
MS	2.411	2.411
MT	2.675	1.065
PA	1.557	1.557
PB	1.367	1.319
PE	2.623	2.623
PI	1.119	1.119
PR ⁴	**	9.147
RJ	19.784	19.784
RN	1.245	1.245
RO	305	305
RR	547	547
RS	**	**
SC	**	**
SE	722	708
SP	32.367	29.898
TO	**	**
Total	99.587	87.874

1. Para fins de aferição do atendimento da demanda, assumiu-se que as requisições recebidas em 2011 referem-se a casos ocorridos naquele ano.

2. Foram solicitadas informações apenas sobre mortes violentas.

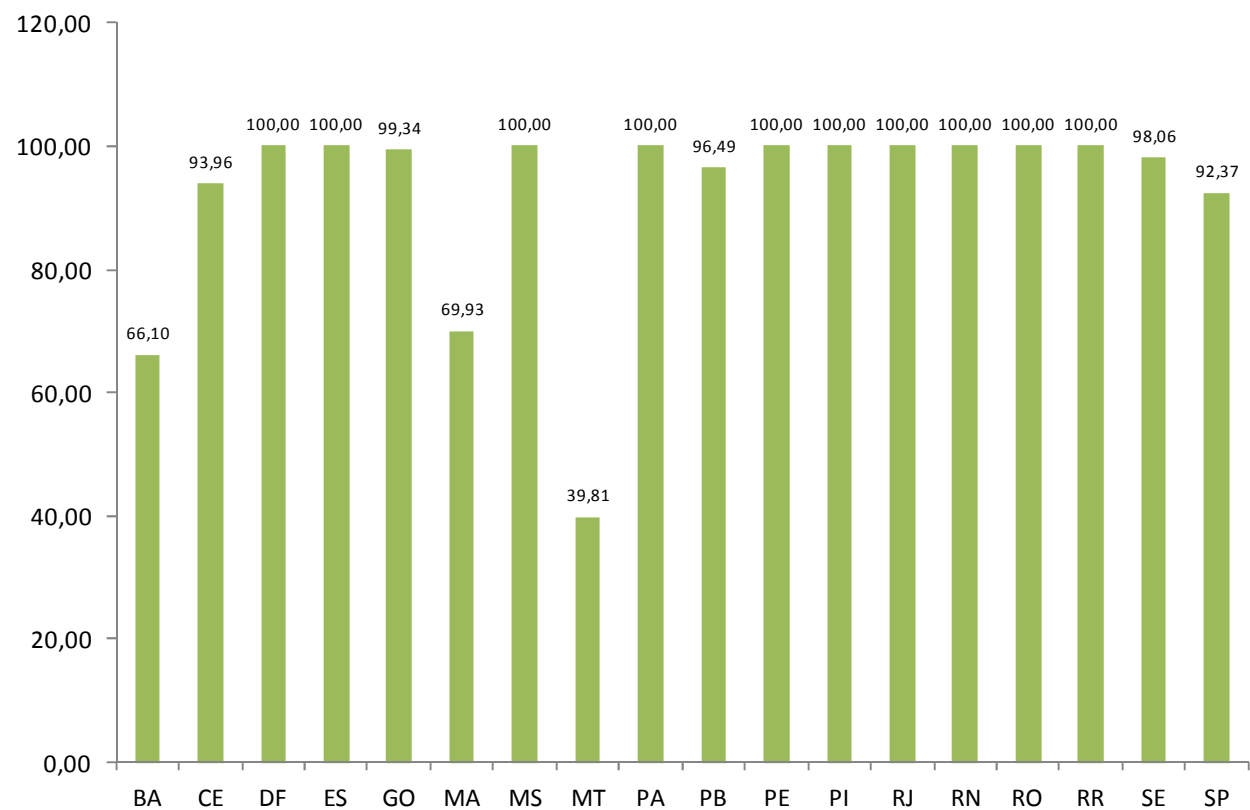
3. Inclui mortes violentas e suspeitas.

4. Os dados do IML de Ivaiporã foram informados parcialmente, visto que a implantação do sistema nesta cidade ocorreu em meados de 2011. Não estão computados os dados do IML de União da Vitória.

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Gráfico 40 - PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EXAMES DE NECROPSIA DE CASOS DE 2011 NO PRÓPRIO ANO, POR UF, 2011



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

7.3. Passivos

Em relação ao passivo, destaca-se a quantidade de laudos pendentes nas unidades de Criminalística (Tabela 37). Em que pese que nem sempre há a instauração de inquéritos para apurar os crimes contra o patrimônio e os acidentes de trânsito, o que justificaria o passivo elevado destes tipos de laudo, o mesmo não ocorre em relação aos crimes contra a pessoa.

O passivo de laudos de local de crimes contra a pessoa envolve basicamente laudos de local de homicídios e os dados informados apontam a existência de mais de 22 mil casos em que o laudo não foi produzido e, conseqüentemente, em que a investigação está sendo realizada sem que haja informações consistentes sobre o local dos fatos e, eventualmente, sobre a dinâmica dos acontecimentos.

Os dados apontam ainda a existência de mais de 8 mil armas nas unidades de Criminalística aguardando a realização da perícia (Tabela 39). Este número tende a ser bem maior, se considerarmos que 13 UFs não responderam à questão, dentre elas São Paulo e Rio de Janeiro, que são os Estados em que há maior apreensão de armas de fogo. A permanência das armas na unidade de Criminalística é fator de risco porque nem sempre elas são armazenadas com a devida segurança.

Em que pese o alto número de pendências dos laudos de lesão corporal (Tabela 40), o passivo das unidades de Medicina Legal também é marcado pela não confecção dos laudos de quase 30 mil necropsias. Esse documento é importante para a investigação não apenas porque determina o tempo e a causa da morte, mas, por vezes, auxilia no estabelecimento da dinâmica dos fatos, já que aponta a direção e o sentido dos tiros e a existência ou não de projéteis de diversos calibres.

As pendências referentes aos exames de armas, aos laudos de local de crime e aos laudos de necropsia interferem diretamente na qualidade da investigação dos homicídios, fazendo com que os inquéritos careçam da prova técnica, componham-se somente das testemunhais e, conseqüentemente, cheguem fragilizados ao sistema de Justiça.

Tabela 37 - PASSIVO DE LAUDOS NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Local de Crime Contra Pessoa	Local de Crime Contra o Patrimônio	Acidente de Trânsito
AC	61	1.506	611
AL	90	25	26
AM	**	**	**
AP	0	0	0
BA	612	79	757
CE	807	1.570	780
DF	325	775	343
ES	**	**	**
GO	2.447	16.661	2.620
MA	195	**	478
MG	617	1.153	2.679
MS	0	0	0
MT	288	2.478	375
PA	175	326	2
PB	36	121	93
PE	257	876	926
PI	150	800	1.147
PR	1.207	469	500
RJ	0	530	720
RN	**	**	**
RO	46	1.563	606
RR	**	**	**
RS	2.126	3.692	281
SC	876	3.352	237
SE	200	150	100
SP	11.982	164.496	48.387
TO	**	**	**
Total	22.497	200.622	61.668

**Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 38 - PASSIVO DE EXAMES NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Exame Contábil	Identificação Veicular	Drogas	Documentoscopia/ Grafoscopia	Informática
AC	0	7	**	5	0
AL	**	4	207	93	13
AM	10	**	30	10	443
AP	0	0	**	0	**
BA	9	**	**	202	851
CE	0	25	0	75	55
DF	3	33	178	403	240
ES	**	**	**	**	**
GO	0	0	853	1.436	1.144
MA	**	**	**	**	**
MG	0	107	3.768	322	423
MS	1	19	0	76	86
MT	**	1.279	0	440	***
PA	0	465	**	39	40
PB	0	1	0	0	0
PE	**	**	613	99	422
PI	2	**	12	**	**
PR	**	204	1.986	146	2.503
RJ	0	0	145	0	35
RN	**	39	**	335	3
RO	0	0	0	0	0
RR	**	**	118	7	**
RS	**	454	**	1.285	1.085
SC	5	802	**	1.167	293
SE	0	100	30	50	**
SP	428	6.235	7.273	4.558	2.605
TO	**	**	**	**	**
Total	458	9.774	15.213	10.748	10.241

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 39 - PASSIVO DE ARMAS EXISTENTES NAS UNIDADES DE CRIMINALÍSTICA PARA EXAME DE EFICIÊNCIA OU CONFRONTO BALÍSTICO, POR UF, 2011

UF	Quantidade
AC	**
AL	1.225
AM	**
AP	6
BA	***
CE	0
DF	**
ES	**
GO	1.500
MA	**
MG	306
MS	10
MT	2.000
PA	**
PB	40
PE	**
PI	278
PR	**
RJ	**
RN	179
RO	0
RR	0
RS	**
SC	2.280
SE	200
SP	**
TO	**
Total	8.024

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 40 - PASSIVO DE LAUDOS NAS UNIDADES DE MEDICINA LEGAL, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Lesão Corporal	Lesão Corporal Ad Cautelar	Necroscópicos (morte violenta)	Cadávericos (morte natural)	Exumação	Ossada	Sexológicos	Ato Libidinoso	Exames cíveis	Embriaguez	Toxicológicos	Psiquiátricos	Psicológicos	Outros	TOTAL
AC	172	0	4	0	0	1	31	32	0	**	**	**	**	**	240
AL	235	**	171	30	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	436
AM	24.061	**	1.960	**	**	10	1.291	**	**	**	2	2	**	966	28.292
AP	**	**	**	1.064	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	1.064
BA	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
CE	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	60	**	**	60
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**	-
ES	0	0	0	0	0	250	0	0	0	0	0	**	**	**	250
GO	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	415	415
MA	2.450	**	90	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	2.540
MG	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
MS	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
MT ¹	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
PA	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
PB	0	**	41	*	0	8	2	0	*	0	**	**	**	*	51
PE	909	**	***	**	**	**	536	6	**	50	63	**	**	*	1.564
PI	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
PR ²	233	**	412	25	0	6	6	6	26	***	81	26	26	78	925
RJ	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
RN	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	-
RR	2.639	**	314	189	**	1	272	44	1	1	1	**	**	67	3.529
RS	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	-
SC	300	0	150	0	0	100	300	130	0	500	350	0	0	**	1.830
SE	**	**	105	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	105
SP	208.490	138.930	26.481	5.037	94	104	13.517	**	**	11.631	28.261	356	**	**	432.901
TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Total	239.489	138.930	29.728	6.345	94	480	15.955	218	27	12.182	28.758	444	26	1.526	474.202

1. Não há passivo na capital e não há informações sobre o interior.

2. Dados sobre lesão corporal incluem as informações sobre lesão ad cautelam. Exames cadavéricos, toxicológicos, psiquiátricos, psicológicos e de anatomia patológica são realizados somente na capital. Os dados de exames cíveis referem-se somente aos de DPVAT.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 41 - PASSIVO DE ATIVIDADES NOS INSTITUTOS DE IDENTIFICAÇÃO, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Emissão de Carteiras de Identidade	Exames de Confronto Papiloscópico	Laudos Papiloscópicos	Outros	TOTAL
AC	**	**	**	**	-
AL	13.175	0	0	29.563	42.738
AM	**	**	81	*	81
AP	**	0	0	*	0
BA	**	**	**	*	-
CE	**	**	**	*	-
DF	**	**	**	*	-
ES	0	276	96	*	372
GO	40.000	0	150	*	40.150
MA	0	0	0	*	0
MG	**	**	**	*	-
MS	0	0	0	*	0
MT	114.528	2.113	**	*	116.641
PA	0	0	0	*	0
PB	**	*	*	*	-
PE	53.922	23	49	*	53.994
PI	138.600	3	75	*	138.678
PR	0	9.000	9.000	511	18.511
RJ	0	**	**	*	0
RN	**	**	**	**	-
RO	**	**	**	*	-
RR	**	**	**	*	-
RS	0	0	0	*	0
SC	212	827	94	*	1.133
SE	0	0	0	*	0
SP	1.000	94	**	*	1.094
TO	0	0	0	*	0
Total	361.437	12.336	9.545	30.074	413.392

* Não se aplica

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 42 - PASSIVO DE EXAMES E LAUDOS NOS LABORATÓRIOS AUTÔNOMOS, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	Dosagem Alcoólica	Toxicológicos	Drogas	Genética	Outros
AC	315	20	-	-	18
AP	**	**	**	**	**
BA	-	507	1019	607	-
CE	**	**	**	**	**
MS	-	-	-	296	-
MT	**	**	**	**	1605
PB	**	**	**	**	**
RN	450	-	-	120	60
RO	**	**	**	**	**
RS	**	**	**	**	**
SC	**	**	**	**	**
TOTAL	765	527	1019	1023	1683

** Não sabe/Não respondeu

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.

Tabela 43 - PASSIVO DE EXAMES E LAUDOS NOS LABORATÓRIOS DE DNA, POR TIPO, POR UF, 2011

UF	DNA Forense	Exame de Paternidade	Total
DF	0	11	11
ES	0	0	0
MT	83	*	83
RJ	30	*	30
RO	95	*	95
TO	129	*	129
Total	337	11	348

* Não se aplica

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil, 2012.